

UFRGS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

A formação da memória e a constituição do testemunho falado.
Algumas reflexões sobre a possibilidade de conhecimento histórico através da história oral.

Aluno: Fernando Matias Valenzuela Carlucci

Professor orientador: Temístocles Cezar.

00143841

Porto Alegre, 24 de Novembro de 2009

Eu dedico este trabalho às pessoas que respeitam minha forma de pensar e que mesmo sem concordar, me impulsionam aos problemas que ainda não conheci.

Sumário

Apresentação do problema 5

1.As formas platônicas e a memória.6

2. A memória de Aristóteles.8

2.a Quantidade e memória. 8

2.b Memória, sua temporalidade e seu objeto 9

2.c A diferença da memória e da percepção. 10

2.d. Os objetos e suas imagens. 12

2.e. A natureza das imagens em Aristóteles. 16

2.f. O passado e o presente na memória. 17

2.g . Conclusão da apresentação da memória. 18

2.1 A reminiscência Aristotélica. 18

2.1.a. O hábito. 21

2.1.b. O tempo. 21

2.1.c. Impressão. 21

2.1.d. A memória estruturada. 22

2.1.e. Conclusão da Reminiscência. 22

2.2. Comparação entre Memória e Reminiscência. 22

2.2.a. A alma que sente e a alma que pensa. 23

2.2.b. Razões para a conexão entre memória e reminiscencia. 23

2.2.c. Memória e Patologia. 23

2.2.d. David Bloch. 25

3.A memória Freudiana. 26

3.1.O aparelho psíquico e a formação da memória. 31

3.2.A consciência no Eu e o Isso. 33

3.3.Além do princípio do prazer (há uma realidade). 36

4. Lacan. 37

4.1 O R,S,I. 39

4.2 O Real e o Prazer. 41

5 Comparações e distinções. 42

5.1. Primeira diferenças. 42

5.1.a. O Espaço Psíquico. 43

5.1.b Temporalidade da memória. 44

5.1.c. Memória Humana e Memória Animal. 45

5.1.d. Os objetos da Memória. 46
Conclusão. 48

“o que ensinamos o sujeito a reconhecer como seu inconsciente é sua história – ou seja, nós ajudamos a perfazer a historicização atual dos fatos que já determinaram em sua existência um certo numero de “reviravoltas” históricas.”

Lacan, J. Função e Campo da Linguagem em Psicanálise.

Apresentação do problema

Durante o percurso da minha graduação um dos principais problemas com o qual me defrontei foi um problema legítimo dentro da vida de qualquer pessoa, assim como um problema caro à disciplina histórica.

Ainda sem saber se a história é arte, ciência ou se é uma mistura, e sem saber até onde devemos usar dessa fusão para apresentar-nos enquanto “pesquisadores”, os problemas referentes à memória e ao lembrar seguidamente retornavam às minhas preocupações e me fizeram uma pessoa curiosa pelo poder que essa propriedade humana e esse fenômeno têm sobre o ser humano.

Por não se tratar de um objeto específico do historiador, meu interesse foi vítima de deslocamentos. Fui à psicanálise, à filosofia e hoje retorno à história para tentar compreender esse fenômeno que pode estar completamente ausente de um sentimento ou completamente tomado de sofrimento e alegria por parte do homem. Meu interesse é totalmente de ordem subjetiva, não poderia deixar de ser de outra maneira. Se não me permitirem tal grau de pessoalidade, lembro que Foucault na Arqueologia do Saber, tem seu interesse movido antes de tudo por uma curiosidade indômita e por um prazer em conhecer, ou como reconhece Certeau, no seu “História e Psicanálise”, quando se vê questionando nos cristãos do século XVI e XVII os problemas da sua própria religiosidade, porém na sua vida vivida nos tempos atuais. Contudo, esse interesse de ordem subjetiva é o que me faz confiar que algo pode se revelar no quanto mais fundo eu puder ir nos meus questionamentos sobre o poder da memória.

Esta monografia tem como eixo três questões levantadas por Paul Ricoeur em “A memória, a história e o esquecimento”, são elas: “Como lembramos?”, “O que lembramos?” e “O que é a memória?”. Evidentemente não ensaio uma resposta definitiva desses problemas, meu objetivo é usar essas perguntas para dar contorno à problemas de outra ordem: através da teoria Clássica e da teoria Freudiana da memória ensaiar um questionamento sobre o estatuto do testemunho e da memória na História Oral.

1.As formas platônicas e a memória.

Há um fato incomensurável na vida dos homens: eles lembram. Lembram quando não querem, lembram quando se esforçam para lembrar, não lembram quando não querem e não lembram quando querem lembrar. Isso ocorre cotidianamente e sob as mais diversas formas, através de palavras escritas, sons, imagens com aparência de realidade; através de cheiros e toques. Essa estranha propriedade humana de lembrar é resultado da presença de algo que chamamos a memória.

O que não fica claro, entretanto, é se a memória é um lugar de onde trazemos as lembranças ou se há um vazio, e se lembrar e ter memória seriam dois nomes para a mesma coisa.

É por essa razão que desde muito cedo na cultura humana a memória foi razão para o debate e se apresentou como um continente a ser, não somente admirado, mas também conquistado. Essas expressões iniciais resolvi buscá-las dentro da filosofia que desde muito cedo problematizou o que é a memória.

Primeiramente tenho que reconhecer que os escritos de Platão, nos quais me detive para iniciar este trabalho, apresentam uma simples, mas não menos grandiosa partida para o problema: é possível distinguir o discurso verdadeiro sobre a realidade da memória ou devemos crer no relativismo que brota da enormidade da experiência? É nesse contexto que quero inicialmente situar-me, pois acredito que a memória não é um assunto cuja complexidade nos faça poder deixar de lado um conhecimento objetivo sobre ela. Dito isso, prossigo.

O problema da memória aparece na obra de Platão em diversos diálogos. Tanto em Protágoras, no Teeteto, como na República e no Menon, a memória é uma pedra angular para a compreensão da concepção do conhecimento. Afinal, como é possível lembrar? O que é lembrar? De que lembramos?

Platão nos conta os feitos de Sócrates. Nos fala da sua busca por um homem sábio – que era ele mesmo, segundo o Oráculo - e nos fala de como esse homem de forma mortal entrou na via de um desejo de verdade. Há, contudo, nessa trajetória um surpreendente encontro com Glauco situado no capítulo 7 da República, nesse momento o filósofo nos fala do famoso mito da caverna. O mito consiste numa tentativa de criar uma metáfora entre uma situação nada peculiar – três prisioneiros imóveis desde o nascimento e que conheciam o mundo através de sombras projetadas na parede de uma caverna, não me parece algo fácil de imaginar – e a posição do filósofo diante da polis.

Ora, se trata das relações que há entre aquele que conhece e aquele que não conhece, do poder do filósofo e da educação daqueles que vivem na polis.

O que pretendo tomar desse diálogo é fundamental para compreender os avanços posteriores. Platão nos fala de “imagens” projetadas na parede da caverna. Este conceito – se podemos chamá-lo assim em Platão – nos traz uma série de dificuldades, pois a memória tem entre suas formas de apresentar-se a da imagem. As imagens tal como eram projetadas na caverna eram a única realidade daqueles prisioneiros. O mundo se desenrolava em frente a seus olhos e todo sentido dado para aquelas imagens só podia ser retirado da alguma experiência interior à própria caverna.

Já a segunda passagem de meu interesse é situar a diferença fundamental entre o conhecimento no plano projetivo (de sombras) e posteriormente, quando um dos prisioneiros sai da caverna e contempla um mundo de formas verdadeiras ao viver um mundo em que seu corpo padece do calor, da luz e da dificuldade que é estar livre; nesse momento a forma de conhecer o mundo passa a ser outra. É um mundo tridimensional que se apresenta.

Dessa comparação é possível extrair duas funções: “ser sombra de” e “objeto cuja sombra é projetada”. O mundo da sombra, por ser um mundo em duas dimensões, cria representações cujos encaixes e possibilidades são diferentes daqueles do mundo tridimensional. Aparentemente Platão usou o mundo tridimensional para expressar a verdade das formas eternas e usou o nível bidimensional para o lugar onde a confusão da realidade reina.

A volta do prisioneiro para a caverna mexe com todo o problema de transpor o conhecimento de um mundo para outro. Esse problema é de extrema importância para o historiador, pois fala da criação de realidade e da apresentação dela àqueles que se mantêm numa posição não só de ignorância, mas de um ponto de vista que, como já disse, é projetivo, diferentemente daquele que é encarado com o corpo.

A diferença toda consiste na capacidade de interagir com objetos tridimensionais dos quais se toma conhecimento e, no mundo puramente representacional das sombras, a capacidade se coloca somente na inteligência.

A república se torna um texto ainda mais importante para considerar os problemas da memória se o considerarmos conjuntamente ao Menon. Nesse diálogo Platão nos fala de um mundo das formas perfeitas no qual nos fiamos para conhecer o mundo que vivemos. Durante sua carreira Platão compôs de diferentes maneiras o mundo das formas e o que se manteve perene nesse mitema era a divisão fundamental

entre conhecimento do mundo tal como ele é e conhecimento do mundo tal como os humanos tem acesso. O mundo como ele é constitui um fato inalcançável, cujo acesso estaria satisfeito somente na morte. O problema é que a sustentação do mundo tal como o conhecemos encarnado é sustentado por um vagido do nosso conhecimento das formas eternas.

Trata-se de um mito evidentemente, mas que põe em jogo o estatuto do conhecimento do escravo de Menon. Se o escravo de Menon lembrou as relações necessárias para construir a diagonal do quadrado, isso significa que das condições necessárias ao conhecimento sempre estiveram presentes na sua memória e o único trabalho de Sócrates foi o parto maiêutico. A memória em Platão é aquilo que sustenta o conhecimento. De alguma forma o conhecimento está todo dado, resta-nos restabelecê-lo.

Se olharmos mais atentamente ao uso das palavras que faço, podemos nos perguntar “o conhecimento só existe enquanto lembrado?”. Isso quer dizer que ele se presentifica? Como ele se presentifica? Essa questão é do meu interesse, pois coloca o estatuto da memória para além das meras imagens que nos invadem, mas nos coloca numa posição de receptores de um discurso que já está pronto e que somente tomamos (re)conhecimento.

2. A memória de Aristóteles

Segue-se o aparecimento de Aristóteles no cenário filosófico. Em seu “Sobre a Memória” Aristóteles faz um ensaio de psicologia que tomava a memória e o “lembrar” como atividades da alma.

2.a Quantidade e memória.

Ele inicia o tratado com uma pequena observação que nos leva a considerações de maior peso. Seu objetivo é saber qual é a natureza da memória e do lembrar, suas causas e a qual parte da alma essa experiência pertence. Sua observação inicial é a seguinte

“Para pessoas que tem uma memória que retém, essas não são iguais aquelas que excedem em poder de lembrar; assim, como uma regra, pessoas lentas têm melhor memória, enquanto

aquelas que têm uma rápida compreensão e brilho intelectual tem mais capacidade de lembrar (449b5)”¹.

Se tomamos essa primeira afirmação aristotélica, devemos desde já aguçar os sentidos para supostos que se escondem nesse trecho. Primeramente, Aristóteles estabelece a comparação entre rapidez intelectual e lentidão intelectual. Para cada uma delas corresponde um tipo de capacidade no recordar. Para a primeira, a quantidade de sensações num tempo (1) é mais resumida o que permite maior capacidade de armazenar ao longo de um tempo grande (2), já para a segunda, as sensações são mais marcantes para o mesmo tempo (1), contudo sua profusão pelo tempo de maior alcance (2) é mais escassa. Seria no primeiro caso dizer que a qualidade é comprometida, e no segundo caso a quantidade é que sai prejudicada.²

2.b Memória, sua temporalidade e seu objeto

Aristóteles considera o que por definição é objeto da memória.

“A memória não se aplica de partida ao presente : esté é o objeto da sensação; pois a sensação não nos faz conhecer nem o futuro, nem o passado; ela nos dá o presente, não outra coisa. A memória não diz respeito senão ao passado e não podemos jamais dizer que lembramos do presente quando ele é presente.”³

Esse parágrafo nos traz condições fortes para pensar a memória. Aristóteles nos diz que não é possível memória sobre aquilo que se vê por primeira vez. Aquilo que é conhecido por primeira vez distingue-se do lembrado pelo fato de ser presente e a memória ser somente sobre o passado.⁴

A demarcação preliminar presente no comentário de Bloch apresenta a memória como estando no presente do passado. Isso o faz perguntar-se:

1. Como é possível relacionar-se ao passado, dado que o passado já ocorreu e a recordação tem espaço no presente, assim como outros processos internos como as percepções sensoriais e o pensamento? Suas respostas possíveis são:
 - a. Recordar-se não envolve o processo que originalmente leva a sensação ou ao conhecimento provido, ou, para colocar em termos de Aristóteles:

¹ W.D.Ross, Aristotle: Parva Naturalia, Clarendon Press, Oxford, 1995. p 714

² Outros apontamentos sobre essas relações estão em Sentido e Sensibilidade, no capítulo 3 onde é considerado a capacidade sensorial.

³ <http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Aristote/memoire.htm> (tradução do francês) 449a1-10

⁴ Essa passagem é de extrema importância. No momento em que considerarmos a teoria da memória de Freud, veremos que a centralidade do Vienense em pesquisar manifestações de engano e erro da memória, dará novo estatuto a este fenômeno.

quando lembramos algo, o resultado da sensação e do pensamento é obtido sem os objetos e processos que ainda estão lá para ser trazidos à luz.

- b. Recordar-se, contrariamente à sensação e pensamento, envolve tempo, isto é, quando alguém lembra algo sentido ou pensado, essa pessoa é também, de alguma forma, alertada que isso pertence ao passado.

Aristóteles escolhe a segunda opção, pois esta deixa claro o pertencimento da memória ao passado, premissa necessária para separar esta da percepção e do pensamento.

O comentarista ainda se pergunta: O que nos lembramos? Ele nos dá um exemplo para problematizar: “Quando lembramos de uma bola branca, não é *esse* (quer dizer, o primeiramente percebido) objeto externo que é o nosso objeto direto, já que não é mais presente; se fosse estaríamos percebendo-o, não lembrando-o.”

Esse momento inicial é sumamente importante, pois ao dizer que a memória é do passado, há uma demarcação de uma campo de definição que ganha outra abordagem pela psicanálise. Aqui a questão que subjaz é: Uma vez que percebemos objetos do passado, como esses objetos se produzem em nós? Na percepção, as impressões dos sentidos são produzidas por objetos externos. Contudo, é difícil saber como essas imagens nos vem quando lembramos.

Além disso, ao dizer que lembrar do futuro não é possível, só podemos imaginar este de forma parecida à memória, mas não igual. Isso se deve à diferença da lembrança que é algo cuja relação com o sujeito que lembra é marcada por um saber. Esse saber é o que confere a “existência no passado” da imagem, palavra, ou fenômeno mnemônico. Aqui parece ser na relação existencial do sujeito com o conjunto de símbolos e imagens que compõem o ato de lembrar que se torna possível a distinção temporal daquilo que é lembrado. Na quinta sessão analisarei o por que é somente possível que a distinção seja feita e o fato de que não é necessário que toda distinção temporal seja bem sucedida.

2.c A diferença da memória e da percepção.

Aristóteles segue falando-nos do caráter da memória. Ela não é nem percepção, nem pensamento:

“Assim, então, a memória não se confunde nem com a sensação nem com a concepção intelectual; mas ela é ou a

possessão ou a modificação de uma das duas, com a condição de um tempo decorrido.”⁵

Mesmo que aqui Aristóteles mais do que tudo reafirme seus postulados, vemos aqui, no fim da frase, uma dupla possibilidade para aquilo que a memória é: ela é um estado ou afecção, condicionado pelo espaço de tempo. Ao dizer que só sabemos no presente, o preceptor de Alexandre nos acomoda em uma necessidade presentista da qual é lançado todo ato de lembrar. Ou seja, qualquer que seja a imagem que se forma em nossa mente, ela deve ser passada e sempre se referencia no presente. Mas se a memória fosse presente ela não teria diferença com a percepção. Se ela fosse pensamento (ou concepção intelectual, no dizer de Aristóteles), não teria diferença com o conceito que veremos posteriormente, à saber, a recordação.

Mas então, o que é a memória, se, como diz David Bloch, “não é suficiente estabelecer que a memória é nem percepção sensorial nem pensamento”?

Para Aristóteles deve transcorrer algum tempo antes que tenhamos memória. Assim, ele desenha duas conclusões que Bloch nos apresenta:

- a. A memória pertence somente a animais que sentem tempo.
- b. Esses animais recordam-se pelo mesmo órgão ou faculdade pela qual eles sentem.

Não é de surpreender que a memória e o sentido do tempo devem estar conectados, desde que estabelecemos que a memória é do passado, mas não é igualmente obvio que ela deve pertencer ao mesmo órgão ou faculdade em nós.

Para então demarcar bem essa diferença, devemos considerar a divisão que Aristóteles faz no seio dos objetos de percepção:

1. Os propriamente sensíveis: objetos que tem uma forma lógica que os órgãos da percepção obtém por um recorte limitador (p.e. cor pela visão, o som pela audição, etc.)
2. Sensibilidades comuns: objetos que podem ser sentidos por mais de um sentido (p.e. magnitude, figura, tamanho, movimento).
3. Sensibilidades acidentais: objetos que são sentidos como acidentes resultantes das duas formas anteriores (p.e. bola branca)

Uma ultima consideração sobre a percepção é a relação desta com o tempo. Este último parece estar desde sempre acoplado ao sentido, mas para o Estagirita isso é mais

⁵ 449b

complexo. Ainda que Aristóteles não deixe claro isso nem no “De anima” nem no “De sensu”, o comentador inglês nos diz que se queremos falar da percepção do tempo devemos entender que ela ocorre em todos os sentidos do corpo, pois é dentro de um encadeamento lógico que se podem perceber os acidentes que geram a sensação de passagem do tempo.

Devemos agregar então, como condição para que isso faça sentido, que, ao caracterizar a faculdade onde esses processos ocorrem essa mesma deve poder perceber o tempo tanto na percepção presente como na memória passada.

Conclusão deste ponto é que a memória distingue-se da percepção por que aquela é a faculdade de reconhecer um dado passado obtido uma vez através de uma percepção, e esta decorre do encontro das percepções quantitativas e qualitativas somadas à percepção da decorrência do tempo.

2.d. Os objetos e suas imagens.

Segue-se em 450^a1-10 outras considerações sobre a imagem na memória:

“Então a memória das coisas intelectuais não pode também ter lugar sem imagens; e, por conseguinte, não é senão indiretamente que a memória se aplica às coisas pensadas pela inteligência; em si, ela só se relaciona ao princípio sensível. Assim entendemos por que a memória pertence à outros animais, e não é um privilégio dos homens nem dos seres que tem as faculdades da opinião e da reflexão, tanto que se ela fosse uma das partes intelectuais da alma, ela faltaria a muitos animais além do homem; possivelmente ela não seria partilhada por nenhum outro ser mortal”

Penso que a complexidade do pensamento de Aristóteles começa a ganhar contornos mais fortes aqui. Primeiramente ele refere-se à imagem e à impossibilidade de pensar sem essas imagens⁶. O exemplo disso está presente na necessidade de dar forma às imagens – seu exemplo do triângulo é suficiente para demonstrar essa necessidade primária. Ele nos diz que podemos prescindir do tamanho exato que as coisas têm numa imagem mental formada, o que, contudo, não pode estar ausente é o fato de dar unidade à imagem. Essa unidade, ele explica além, fazem com que a noção de tempo e espaço (entendido como uma continuidade) esteja implicada na formação da imagem.

⁶ As imagens aqui podem ser tanto colocadas no plano bidimensional quanto no “plano” tridimensional, como é o caso da imagens geométricas e das imagens do espaço natural, respectivamente.

No final do parágrafo, Aristóteles diz que todas essas conclusões, ele tira da sensibilidade e que ela é suficiente para perceber tudo que foi dito.

Ainda sobre essa passagem o conceito de imagem nos traz uma série de outros problemas. A memória, na sua relação com o pensar e com a imagem que se forma na percepção é uma coadjuvante necessária. O caráter dessa necessidade é dado pelo próprio vocabulário de Aristóteles, que contrariamente à utilizar o termo “memória”, em alguns momentos usa o termo grego “fantasia” para nos falar da imaginação. David Bloch diz que o aparecimento súbito do termo imaginação na discussão é pela similaridade desta função com a da memória. Bloch nos diz que:

“afirmou-se no De anima que a imaginação difere de todas as outras capacidades (mas a memória não é mencionado em An. III.3), e que falando à rigor é a função pela qual as imagens (Fantasia) ocorrem em nós”.⁷

Então parece não haver choque entre os dois conceitos na visão de Aristóteles. Ora, o argumento do “De memória” começa estabelecendo que a memória precisa de imagens, que não podemos pensar sem elas. Sendo assim, pensar depende da capacidade da imaginação (fantasia) – já que está é a faculdade pela qual as imagens se formam mesmo no momento da percepção e depois de que estas são produzidas pelas sensações e instaladas em nós – aí já com o nome de memória.

Além disso, ele trata das coisas intelectuais⁸. A diferença fundamental aqui vem da presença daquilo que subjaz em todo ato de lembrar. Ao dizer que “não será senão indiretamente que a memória se aplica à coisa pensada pela inteligência; em si, ela não se relaciona senão com o princípio sensível” Aristóteles parece distinguir a forma como a memória se relaciona com a inteligência da seguinte maneira: há uma ligação entre a memória e a percepção que ampara a relação do sujeito com a coisa sensível (presente) e que coloca a memória numa outra função que é separada da expressividade do objeto para o sujeito e que releva somente ao acerto na busca por um dado mnemônico para o sujeito na identificação desta com as coisas sensíveis. A memória do homem, para

⁷ Bloch, David. On memory and Recollection. Text, Translation, Interpretation, and Reception in Western Scholasticism. Brill. Laiden – Boston. 2007. P.62

⁸ Comentário do Tradutor do Manuscrito: “Ao falar da memória das coisas intelectuais Aristóteles reconhece, como mais tarde o fará Descartes, essa segunda espécie de memória; mas a memória intelectual não é para ele senão uma memória indireta; com efeito a memória se aplica aos objetos sensíveis dos quais as imagens são os materiais indispensáveis para o entendimento; ver §1 – “do que lembramos?””.

Aristóteles, é capaz de lidar com a abstração da matéria sensível, prescindindo desta última, mas sempre lhe fazendo referência indireta, pois tudo lembrado foi uma vez experimentado – não somente no sentido formador da percepção pela fantasia, mas no sentido identificador do conteúdo da percepção.

Assim, Aristóteles passa à pergunta que organiza o esquema anteriormente apresentado:

“Aqui poderíamos perguntar como ocorre que a modificação do espírito estando presente, e o objeto mesmo estando ausente, lembramo-nos aquilo que não está presente. Evidentemente devemos acreditar que a impressão que se produz ao cabo da sensação na alma, e nessa parte do corpo que percebe a sensação, é analoga a uma espécie de pintura, e que a percepção dessa impressão constitui precisamente isso que chamamos a memória. O movimento que se passa, então, imprime no espírito um tipo de sensação, analogo ao timbre que imprimimos sobre a cera com um anel.”⁹

A primeira frase desse parágrafo segue com a questão de como é possível memória e a imagem estejam presente. Ora, para avançar nisso precisemos que a imagem proveniente da imaginação e a imagem proveniente da memória são praticamente idênticas exceto pelo fato da memória envolver a noção do tempo. A memória nesse contexto é o dado armazenado que a fantasia usa na criação de imagens e, portanto, é somente aquilo que é capaz de dar coerência à vida de um indivíduo e a imaginação é o recurso através do qual as imagens aparecem (mesmo enquanto objeto de pensamento) para a identificação pela memória. A relação é claramente complementar.

Como último passo para distinguir a fantasia da memória, falta dizer qual a participação desta num terceiro – o pensamento. Este envolve imagens e memória, mas o pensamento não é parte da definição de memória. A memória é dividida em dois elementos: os dados dos sentidos e a imagem obtida pela sensação, uma imagem que também pode ser objeto de imaginação (fantasia).

⁹ 449b 20-30.

Esse parágrafo de Aristóteles é claramente de matriz platônica. De fato corre de forma não mencionada a idéia expressa no Teeteto da memória como sendo a presença do ausente e que sua presença estaria condicionada a impressão sobre o espírito, tal como no modelo do bloco de cera.

Dada a divisão entre imagem e memória, há questões que ainda devemos nos colocar a fim de verificar o alcance da concepção aristotélica. Da divisão entre a memória e a imagem nasce um abismo que é capaz de separar a subjetividade e a objetividade da memória, pois se compramos o argumento de que o ato de lembrar se funda na capacidade criativa das imagens podemos cair numa concepção de que o sujeito é criador de uma expressão do mundo para ele mesmo. Seria o caso de que cada objeto que passa pela memória foi em determinado momento criado, simbolizado e colocado em relação com o objeto da realidade e, a partir do momento em que isso se faz, a lembrança seria sempre o retorno dessa primeira criação mnêmica. Isso gera uma autonomia da recuperação das imagens mnêmicas no sujeito e faz da lembrança um gesto que torna as coisas ausentes, prescindindo delas. Eis um vagido platônico.

Se, pelo contrário, lembramos do objeto sem o fator criador que nos é dado pela fantasia, isso nos traz outras conseqüências muito fortes: se assim for, não há forma de enganar-se, de tomar um pelo outro, pois trazer o objeto à memória significa não trazer nada que “está por ele”, seria trazê-lo em sua conformidade. É por isso que Aristóteles se pergunta, em caso de lembrarmos o objeto, como solucionamos o problema de que as impressões nos lembram precisamente do objeto ausente?

Para pensar essas questões com base num modelo de memória, Aristóteles evoca o bloco de gesso, que estava presente no Teeteto, porém feito de cera. Esse bloco seria onde a alma receberia suas impressões do mundo e lá no dialogo platônico fica claro o seu funcionamento¹⁰.

Se o engano é a relação entre uma imagem gravada no bloco de cera e uma indentificação errada com um objeto de percepção no mundo, qual a natureza dessa imagem? É a primeira – a primeira impressão – ou a segunda – o objeto enquanto imagem sempre atualizável e outra?

Aristóteles parece então resumir o problema em questão com um dos seus recursos da lógica. Tal como está exposto nas Categorias, a homonímia é um processo pelo qual duas coisas que recebem a mesma denominação podem ser distinguidas

¹⁰ 194a – e.

sempre dado um número limitado de significações. Assim, o animal tal qual é na realidade, pode ser colocado no nível de representação e receber o mesmo nome.

“Assim, o animal pintado sobre o quadro é ao mesmo tempo animal e uma cópia; e sendo um e o mesmo, é portanto essas duas coisas ao mesmo tempo. O ser do animal e o da imagem não são, portanto, idênticos; e podemos representar para nós mesmos essa pintura, seja como animal, seja como cópia de um animal”¹¹

Parece possível concluir que as imagens que aparecem na memória são constituídas através de uma homonímia com a realidade e onde a forma lógica dos fatos é respeitada. Lembramos dos objetos que visualizamos por imagens e que criamos pela fantasia.

2.e. A natureza das imagens em Aristóteles

Uma vez estabelecida essa diferença entre os objetos e o lembrado, cabe também aprofundar o que é uma imagem para além do aspecto formador da fantasia.

Ao comparar a memória de homens e animais, o discípulo de Platão sabiamente não deixa de reconhecer que a produção de imagens é um processo que tem seu aspecto natural.

As imagens enquanto resultados da percepção são “impressas” naquele que percebe, seja este homem ou animal. A diferença toda reside em algo que se tornará um ponto de virada fundamental na teoria Aristotélica da memória. A percepção, uma vez dada pelo mecanismo do corpo físico é, na conexão entre corpo e alma, um dado que é julgado pela alma. Como nos diz nosso comentador: “Tudo isso depende da sensação, e a sensação ocorre na alma através do corpo.”¹²

A imagem é uma entidade com uma fundação física que possui algum nível de não-fisicalidade, nos diz David. Assim, em que consiste esse aspecto não-físico da memória para Aristóteles? Consiste na capacidade humana de criar representações que dão sentido para o mundo.

Introduzimos aqui um termo sem aviso. Ao falar de representação, estamos falando de uma representação que “está por algo”. No caso, trata-se de uma representação do objeto de percepção – uma imagem que não é mais uma imagem igual a da percepção. Mas é uma imagem gerada pela fantasia. Aristóteles parece considerar

¹¹ 450b.

¹² Idem . Bloch, D.p. 65

as representações-imagens como sendo sempre pictóricas, sem pensá-las como sendo outra coisa.¹³

Resta aqui pensar a formação das imagens nas relações entre a fantasia e o processo físico. A fantasia, enquanto capacidade de formação de imagens deve ter uma relação com a natureza, por outro lado deve desprender-se desta a partir do momento em que permite à razão humana reconhecer uma mesma coisa sob diferentes aspectos. Caso isso não acontecesse, uma imagem diferente do mesmo objeto seria tida como outro objeto e pensar e formar a imagem de um “Pálio” seria inteiramente diferente de pensar e imaginar “Carro”.

2.f. O passado e o presente na memória

Uma vez que já estabelecemos que a imagem é uma formação pictórica que contém um componente físico (natural) e não-físico (representacional) resta estabelecer o porque dizemos que uma imagem que lembramos feita para brotar no momento em que lembramos, é o que é causado pela memória. Outra forma de colocar a questão é: por que falamos com tanta certeza de memórias passadas e imagens presentes.

Evidentemente há um princípio físico que discrimina a sensação passada da imagem presente. Ainda que os sentidos nos dêem algo físico que nos permite lembrar, esse não é o elemento primordial da rememoração, por que o mesmo evento físico é também a base da imaginação. Bloch, conclui que o elemento primário desse processo é o *modus spectandi*, ou seja, a forma como nós vemos a imagem.

Seguindo as linhas de pensamento de Aristóteles isso corresponde a duas formas de ver a imagem:

- a. Como algo em si mesmo.
- b. Como imagem que afigura algo.

Como já foi tratado mais acima, o problema que se coloca aqui é aquele da homonímia. O que agora procederemos é a diferenciação disso na formação da imagem aristotélica.

Assim, quando vemos imagens internas, que são trazidas para nossa atenção, se a imagem é considerada em si, ela pode ser considerada com um conceito ou pensamento, ou simplesmente como uma imagem. Contudo, se vemos imagens como

¹³ David Bloch nos ajuda com indicações onde se pode ver isso: “In particular, I find it difficult to construe the descriptions in 449b30 – 450a7 (about /αντ σματα used in thinking) and in 450b18–451a10 (using a painted picture as a parallel) as non-pictorial in content.”

representação de algo mais que toma lugar no passado, então a imagem é caracterizada como um dado mnemônico ou simplesmente como representação.

Fica assim separado o que é a memória e o que é o pensamento ou o conceito. O pensamento corre paralelamente à memória. Faz uso desta. A memória é somente combinação do ver uma imagem segundo um *modus spectandi* que corresponde ao saber que ela é passada.

Para finalizar, Aristóteles atribui a capacidade de lembrar uma representação na memória do homem como advinda do exercício. Ou seja, através da presentificação, enumeradas vezes dessa representação será possível fazê-la retornar quando necessário.¹⁴

2.g . Na conclusão da apresentação da memória, Aristóteles estabelece então que ela é:

1. Presença de uma imagem no espírito;
2. Tal imagem é cópia do objeto do qual ela é imagem.
3. A imagem é percebida pela mesma parte da alma que é responsável pela sensibilidade, no sentido da percepção sensorial, e pela percepção do tempo.

2.1 A reminiscência Aristotélica

A reminiscência não é um lembrar qualquer. É um esforço intelectual cuja falta de automatismo é denunciada pela dificuldade e pelo rastreamento do dado objetivado. Esse esforço é criado a partir de um dado isolado e que, a partir dele, é possível rastrear outras informações sabidas¹⁵.

Sobre esse ponto, a concepção do Estagirita é assustadoramente prolífica. Ele fala de partes de coisas que se reproduzem e que não se reproduzem no espírito, precisando que os dados apresentam-se por vezes fragmentados e carentes de um fechamento compreensível, sendo assim possível partir de pontos iniciais – onde o espírito estaria em condições de tornar mais precisamente às memórias – e pontos intermediários no aprendizado.

¹⁴ Neste ponto há desenvolvimentos que só serão sentidos posteriormente. Para Freud o esquecimento vem do interesse nas representações. Esse interesse é o sexual.

¹⁵ Todo esse parágrafo, que é muito importante, dado que é a essência mesma da reminiscência que é aqui exposta, é obscuro, como nos diz Miguel de Éfeso. Aristóteles quer dizer sem dúvida que a reminiscência consiste, por exemplo a lembrar-se, com a ajuda de uma só coisa que foi dita, e todas elas às quais ela estava acompanhada. O tradutor francês diz não ter corrigido o texto com a intenção de não reescrevê-lo.

Outro atributo fundamental na caracterização da reminiscência, é que esta deve conseguir reproduzir as coisas como um dia elas foram para a alma ou em suas peças, pois se assim não fosse, não teríamos como saber se estamos conhecendo novamente ou se estamos de fato lembrando coisas antigas.

Na tradição de comentadores, Michel de Efeso e, depois dele, outros comentadores acreditaram dever explicar de uma maneira geral a reminiscência, e mostrar em que ela difere da memória. A reminiscência é, para eles, o ato pelo qual nós completamos uma lembrança incompleta. Segundo eles há, então, na reminiscência não somente um simples ato de memória, mas mais do que isso: um esforço de nossa inteligência para reunir os fragmentos de lembrança que nós já possuímos, e reconstituir a lembrança inteira.

Para precisar melhor o que afinal Aristóteles quer dizer, vejamos como o Estagirita inicia seu segundo capítulo:

“Falta admitir como perfeitamente demonstradas todas as verdades que nós avançamos em nossos Ensaio¹⁶. Assim, a reminiscência não é, nem uma re aquisição da memória que nós retomamos, nem uma primeira aquisição. Com efeito, quando aprendemos qualquer coisa pela primeira vez¹⁷, ou quando experimentamos uma primeira impressão, não podemos dizer que recobramos a memória, pois não houve memória anteriormente. Não podemos dizer de partida que adquirimos uma primeira noção; mas é somente após o conhecimento ter sido adquirido ou que a impressão teve lugar, que há memória; e assim, a memória não chega jamais ao espírito ao mesmo tempo que a impressão sensível.”

Essa passagem marca a impossibilidade de ter memória do que se aprendeu no ato do aprendizado. Ainda que seja um tema tratado no primeiro capítulo deste pequeno tratado, aqui começamos a delinear o campo da reminiscência. Como ele mesmo diz “a

¹⁶ Essa passagem apresenta uma pequena polêmica. Ao dizer, “Em nossos ensaios” o tradutor francês traduz duas palavras gregas que querem dizer “Nos discursos Epicheremáticos” ou da argumentação. Temístius compreende que essas são obras escritas de uma maneira popular, onde Aristóteles evitava discussões muito profundas: é o que justifica-se a tradução francesa. O comentador ainda diz que Miguel de Éfeso acredita que esses são os Problemas que foram designados aqui, mas como Leonicus apontou, nos problemas não há sequer menção ao tema da memória. O comentador francês acaba por seguir Diógenes Laércio, que no seu catálogo fala dos discursos Epicheremáticos que estão em três livros, o que distancia ainda mais que os Ensaio em questão sejam os Problemas.

¹⁷ Essa passagem é duvidosa, pois pode ganhar a conotação de apreensão desde a origem, ou pela primeira vez. O tradutor francês cita Michel de Éfeso como crítico da segunda concepção, pois esta foge do contexto.

reminiscência não é, nem uma reaquisição da memória que nós retomamos, nem uma primeira aquisição”.

A reminiscência é similar à memória pela característica comum de trazer de volta aquilo que já foi experimentado ou aprendido antes. Para nos ajudar nessa distinção Bloch nos indica que uma das primeiras diferenças que emergem: é o tempo para que a representação reapareça à mente o fator diferencial: “A memória não emerge diretamente após termos percebido, aprendido ou experimentado algo, enquanto a reminiscência, por outro lado, é um processo instataneo, comparável, nesse respeito, à percepção.”

A recordação, diz Aristóteles, é a tentativa de recobrar objetos que são obtidos pela organização temporal. Assim, diferentemente da passividade da memória, a recordação é uma busca ativa, ou ainda mais relevante, um tipo de dedução. Ela não pode ser espacialmente colocada em nenhum órgão, mas é uma capacidade intelectual e um processo que toma lugar nos seres humanos.

O caráter dedutivo desse processo é justificado por Aristóteles pela sua visão realista da relação do mundo com o pensamento. É devido aos movimentos serem sucessivos na natureza, seguindo-se um após o outro, que o pensamento os registra dessa maneira. Assim, quando alguém faz o esforço de recordar-se, essa pessoa deve remontar à ordem natural dos movimentos, ou seja, a ordem na qual eles originalmente ocorreram para poder recordar-se.

Assim, a recordação é afetada diretamente pela qualidade de sua construção pela memória. De fato, ao dizer que é à seqüência de representações que cabe a alma fazer juízo, Aristóteles torna o ato de reminiscência possível, pois ele separa as seqüências de representações do seu entendimento. É nesse espaço que se funda a descontinuidade do esquecimento e do desentendimento. A reconstrução de seqüências ou elementos de seqüências pode ser buscado justamente pela fato da memória captar as representações dadas pelos sentidos sob a forma temporal, que organiza num eixo diacrônico e outro sincrônico essas representações.

As seqüências ocorrem de forma a determinar o passo seguinte – os objetos que se postam num ordenamento não rompem o tecido lógico da causalidade. As construções de representações nos sentidos não são, para Aristóteles, completamente descabidas. Elas devem respeitar a forma lógica e, obviamente, o espaço lógico e fazerem para o sujeito que lembra, um sentido possível.

2.1.a. O hábito

Nesse segundo capítulo Aristóteles introduz também outro conceito de importância fundamental para nossa análise. Trata-se do ‘hábito’ de estabelecer por si mesmo, devido à repetição de seqüências lógicas, a crença e a facilitação de que as coisas devem cumprir sempre o mesmo trajeto seqüencial, dado que os passos dentro da seqüência se organizam pela similaridade, contrariedade e conexão.

Bloch nos diz que para que haja um bom funcionamento da máquina do hábito na recordação deve haver uma boa escolha do ponto de partida. Nas suas palavras:

“Sem um bom ponto de partida, o que acaba por ser o ponto médio de uma série, proporcionando a pessoa que se lembra a possibilidade de avançar em direções diferentes em sua busca de um item do passado, o recolhimento não terá sucesso.”¹⁸

2.1.b. O tempo.

Uma vez que o esforço de recordar ocorre como um raciocínio, a participação do tempo deve ser entendida de uma forma outra que na memória.

O tempo não é tão importante conceitualmente para definir a recordação pelo fato desta ser estabelecida por uma série de eventos que compreendem não só a cronologia, mas também o movimento. Na reminiscência, ou recordação, a série de movimentos é a via pela qual a recordação fará seu percurso e não a serie temporal.

Evidentemente essa forma de proceder não exclui o tempo. A exclusão de tal característica poderia gerar a confusão de que a recordação não trata do passado. O importante é perceber que a memória e a recordação são processos diferentes e que o primeiro é condição de possibilidade do segundo.

2.1.c. Impressão

Há dificuldades não expressas na análise de Bloch que ainda assim devem ser tratadas. A primeira delas é falar no instante indivisível da impressão. O problema remonta Protágoras e parece que Aristóteles aqui evita polêmica, contudo é difícil deixar de comentar o embaraço que causa quando ele diz que no momento da impressão “já mesmo há ciência”. O termo ciência aqui deve ser compreendido como a tomada de consciência? Parece difícil, ao mesmo tempo, considerar que percebemos objetos cujo conhecimento da forma, ao menos, não nos é dado. Como seria possível orientar na

¹⁸ Ibidem. P.73.

imagem dos objetos sensíveis a divisão dos objetos? Aristóteles fala aqui de um problema cuja profundidade envolve o conhecimento pela linguagem e a representação das coisas.

2.1.d. A memória estruturada

Aristóteles fala da organização da memória segundo lugares precisos para determinados símbolos, o que nos remete à teoria da memória que recebe fortes contornos no Teeteto, a saber, o modelo do pombal.

No diálogo Platônico esse modelo não assegura que ao ser demandada uma reminiscência, a pessoa que se esforça em responder saberá necessariamente tomar a lembrança correspondente. É um modelo, sobretudo organizador e que garante a identidade do símbolo, mas não que ele seja necessariamente correto na seqüência em que o requisitarem¹⁹.

2.1.e. Conclusão da Reminiscência.

Aqui termina a definição do que vem a ser a reminiscência. Aristóteles retomou a participação do hábito e o fez ganhar importância no esforço do ato da reminiscência, pois dependendo das determinações disso que ele chamou a ‘segunda natureza’ a dificuldade em sair do ordenamento torna desgastante a posição daquele que precisa tomar um caminho semelhante dentro de um determinado esforço, mas que visa chegar a outro lugar menos habitual.

Aristóteles diz que essa segunda natureza do hábito vem da repetição à que submetemos uma determinada lembrança. Além da segunda natureza, podemos dizer que há um princípio realista na reminiscência, pois dado que no mundo as sequências causais não ocorrem de forma descabida, mas sim respeitando as possibilidades de combinação dos objetos, a natureza do hábito tende a apoiar-se sobre bases firmes na identificação de causalidades.

2.2. Comparação entre Memória e Reminiscência.

Aqui Aristóteles finalizará sua obra com uma comparação entre a reminiscência e a memória.

¹⁹ É o caso da adição de $5+5 = 11$, onde a pessoa pode saber que o número onze vem depois do número dez e saber o símbolo correspondente, mas pode não saber somar – seria o erro de tomar b enquanto x, e somente x.

2.2.a. A alma que sente e a alma que pensa.

Aristóteles deixa claro que a memória pertence à parte da alma que sente, e que a reminiscência pertence aquela parte que pensa. Uma outra maneira de dizer isso é relacionar a percepção à memória e o pensamento à reminiscência.

Esse tipo de relação é também sustentado pelo fato de que Aristóteles reconhece nos animais uma memória ligada à percepção, mas que no homem desempenha um papel auxiliar na reminiscência.

A memória é definida também como um estado passivo por Aristóteles. Ela é reconhecida como sendo uma afecção de uma imagem onde nada mais é demandado. A memória é estar em um determinado estado de lembrança.

A reminiscência, por outro lado, é um estado ativo. É um processo de pensamento onde uma busca é empreendida visando um alvo. David Bloch nos diz que se alcançamos a imagem buscada e retemos essa imagem, isso será o estado de memória. Ele nos diz em uma nota:

This being an example to illustrate the differences between memory and recollection, I ignore the difficulties concerning whether or not pictures are involved in memory and recollection of such facts as a particular date.

2.2.b. Razões para a conexão entre memória e reminiscencia.

Retomando as teses de Aristóteles de que a memória e a reminiscência são sobre eventos passados, que a memória se instala depois de decorrido certo tempo e que a reminiscência pode ocorrer imediatamente após o dado. Enfim, que ambas tratam do mesmo tema, porém de forma completamente diferente. Além disso, Aristóteles reconhece a necessidade de que isso tenha um substrato físico. O estagirita situa a memória espacialmente no coração, mas não situa organicamente um órgão necessário para o pensamento, assim, não deve haver um órgão necessário para a reminiscência. Ele diz, contudo, que a reminiscência trabalha com imagens, e que as imagens são encontradas num substrato corpóreo.

Um terceiro ponto deve ser reconhecido: mesmo sendo conceitualmente diferentes, a reminiscência sempre partirá de algum traço mnemônico e o resultado final do processo será seguidamente outro traço de memória.

2.2.c. Memória e Patologia.

A parte final deste tratado traça os marcos daquilo que para Freud será objeto de pesquisa:

“O que prova que essa faculdade depende de uma parte do corpo, e que a reminiscência é uma sorte de pesquisa que faz o espírito na imagem que o corpo o transmite, é que algumas pessoas se problematizam quando elas não podem se lembrar de alguma coisa; e de fato querendo cessar de aplicar seu pensamento nessa busca e tampouco fazer ato de reminiscência, elas são realmente incapazes de parar²⁰. É sobretudo o que ocorre com as pessoas melancólicas, precisamente por que as imagens agem muito mais sobre seus espíritos. O que os faz perder a faculdade de parar suas reminiscências, é que como aqueles que se embebedaram e não podem mais se lembrar, o mesmo ocorre quando o espírito faz um esforço por uma ato de reminiscência, e que ele procura à duras penas, ele mobiliza qualquer órgão corporal, que sofre dessa afecção. Aqueles que se complicam mais são aqueles que tem, no lugar da sensibilidade, qualquer umidade; pois essa umidade não para com facilidade quando uma vez ela foi colocada em movimento, e ela não cessa de se agitar senão quando o espírito atende a coisas que ele procura e que o movimento siga seu curso regular.

Isso explica por que, quando o pavor e a cólera fora uma vez excitadas, suas reações as impede de parar, mas elas reagem por sua vez contra esses mesmo órgãos que lhe foram excitados. A reminiscência então, afeta o espírito de forma próxima à essas palavras, esses cantos e esses discursos que temos seguidamente na ponta da língua, e que nos surpreende por muito tempo em cantar e dizer sem que mesmo queiramos.”

Nesse parágrafo Aristóteles funda uma sorte de patologia da alma. Há uma identificação elegante de como as memórias podem trazer sofrimento ao corpo e de como uma pessoa pode ser tocada naquilo que lhe emociona e perturba. A primeira relação, onde o corpo é responsável pela presentificação de imagens às quais a memória vem fixar um sentido, é identificada como o ponto onde se dá a virada entre o psiquismo e a realidade.

²⁰ Aristóteles identifica o sofrimento causado pela memória.

Se o corpo é capaz de sentir a ausência da memória, e se essa ausência é capaz de transformar o corpo na sua mobilidade, é por que esta última sustenta uma relação com a realidade da qual o corpo se faz dependente.

A restituição e o preenchimento do espaço do esquecimento é condição para que o vínculo entre psiquismo e corpo seja satisfeito e para que dessa forma a busca satisfaça a reorganização do vínculo entre a alma e o mundo.

2.2. d. David Bloch.

O comentário organizado por Bloch visa precisar alguns pontos difíceis dessa obra de Aristóteles.

A primeira parte de seu argumento pede que façamos uma leitura criteriosa do De Memória. Esse tratado não corresponde a nenhuma teoria moderna da memória e difere fundamentalmente das concepções presentes sobre a memória.

A definição Aristotélica de memória ocorre em dois momentos. A última é:

a. “Agora nos estabelecemos o que a memória e a lembrança são, isto é, o estado de ter uma imagem, tomada como representação daquilo que é uma imagem.”

A definição final de memória difere muito da definição inicial:

b. “A memória, então, é nem sensação nem concepção, mas um estado onde se tem uma dessas ou resultante de uma dessas, após algum tempo passado.”

Nessa definição é importante considerar que Aristóteles caracteriza a memória como um estado, diferente do objeto que causa esse estado.

Mas se consideramos a memória como um estado, como podemos pensar que ela é um ocorrido? Bloch nos diz que há duas traduções possíveis do grego para o inglês, a primeira é “having” e a segunda é “state”. Ele acredita que no contexto do De memória o primeiro é preferível, já que estado não indica claramente que a imagem que advém juntamente à memória é atualmente presente e vista internamente por aquele que possui o estado. Ao cabo, ele acredita que “state of having”, mesmo sendo estranho, seria uma boa tradução para a concepção de Aristóteles.

A memória é então fugaz. É aquele momento atual de visualizar a imagem mnemônica que exclui a sua retenção. Na visão de David a imagem envolvida na memória é ontologicamente igual às imagens de outros processos internos, contudo, para o caso da memória, a percepção da passagem do tempo e a percepção do caráter representacional e não imediato da imagem se faz necessário.

A retenção é um assunto importante também na definição de memória, já que ela não pode ser confundida com uma sensação nem com a concepção. Uma vez vendo a imagem poderia estabelecer-se uma confusão se retenção e percepção fossem imagem tomadas da mesma forma. A retenção não é nem memória, nem percepção. Está entre ambos, pois é a persistência do estado de memória ou da afecção pela recordação.

Uma vez feitas essas distinções, acredito que podemos colocar de forma forte o entendimento que devemos fazer do conceito de memória de Aristóteles, através de Bloch:

“Para colocá-lo sem rodeios: o estado de ter uma imagem e exibi-la como a representação de algo do passado é tudo que existe a memória!”

“Como a memória é causalmente derivados de percepção, então, necessariamente, alguém deve ter experimentado o conteúdo antes e isso se aplica tanto para seres humanos e animais.”²¹

3.A memória Freudiana

Neste momento minha exposição passa a ocorrer de outra forma. A obra de Freud pede que sejam feitas referências múltiplas e para cumprir com o objetivo inicial desta monografia, à saber, traçar a comparação entre a memória tal como em Aristóteles e tal como em Freud, ressaltando suas semelhanças e marcando suas diferenças para posteriormente questionar o estatuto da história oral, devo utilizá-la de forma não a falar do tratamento para as neuroses que o gênio austríaco inventou, mas sim pensar a obra de Freud como um discurso científico que se apoiou enormemente em uma teoria da memória.

A forma como Freud nos fala da memória brota da sua experiência como médico. Freud não é um psicólogo, tampouco um filósofo. Ele é um homem interessado na ciência e cuja sensibilidade foi desde muito cedo excitada numa viagem que ele fez à França, país onde conheceu Charcot.

Foi no Hospital Saint-Anne que Freud conheceu as primeiras experiências com a hipnose. Esse procedimento de sugestão utiliza da predisposição do paciente na cura para fazer dele uma vítima fácil da persuasão. A persuasão operada na hipnose permite

²¹ Ibidem.P.84

com que o médico lance questões para o hipnotizado de modo que ele, sem a faculdade da censura moral e crítica, enuncie suas vivências cancelando a rejeição das lembranças.

Esse foi durante os primeiros anos de Freud o procedimento fundamental de cura. Nos estudos sobre a histeria (1893-1895) ele e seu mestre Breuer falam de procedimentos de cura que utilizavam a hipnose e que faziam retornar as memórias esquecidas à consciência.

“Movidos pela observação casual, desde muitos anos investigamos, nas mais diversas formas e sintomas da histeria, seu ocasionamento: o processo em virtude do qual o fenômeno em questão se produziu pela primeira vez, acontecimento que sói remontar-se muito atrás no tempo. Na grande maioria dos casos não se consegue esclarecer esse ponto inicial mediante um simples exame clínico, por exaustivo que seja. Isso se deve em parte a que sói tratar-se de vivências que ao doente resultaria desagradável comentar, mas, principalmente, a que na realidade não as lembra, e muitas vezes nem vislumbra o nexo causal entre o processo ocasionador e o fenômeno patológico. Quase sempre é preciso hipnotizar os doentes [...]”²²

O procedimento para trazer essas memórias à consciência hipnotizada era o seguinte:

Primeiramente Freud e Breuer tiveram de supor que o discurso que o paciente articulava tinha uma “organização desordenada” que não ocorria dessa maneira pelo mero acaso. Uma linha discursiva, semelhantemente à que supunha Aristóteles, que tinha um ordenamento, p.e. [ABCDEFGH], aparecia enunciada como [ACDEFH]. Acontecia que as pessoas que iniciavam a sua fala enquanto hipnotizadas falavam discursos diferentes daqueles que podiam pronunciar durante o período de consciência total – ou seja, quando a crítica moral não atuava. Assim temos dois exemplos:

Para x hipnotizado tínhamos: A,B,C,D,E,F,G,H

Para x com todas as faculdades: A,__,C, D, E, F,__,H

²² Freud, S. *Estúdios sobre la Histeria*. (1895). Traduzido do Alemão para o Espanhol por José Luis Etcheverry. Ed. Amorrortu. Buenos Aires. P. 29.

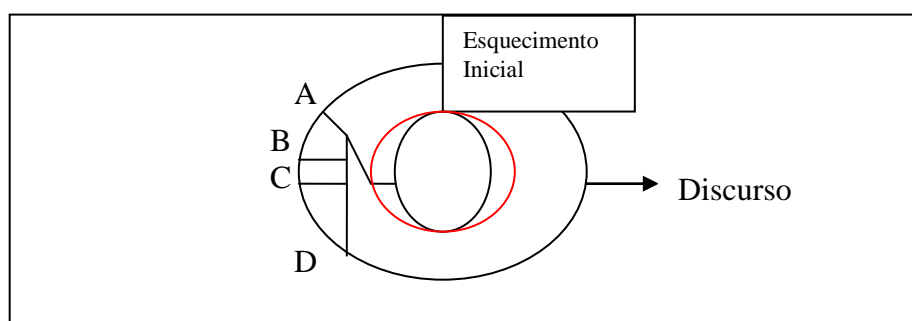
Os primeiros pacientes que foram tratados por esse método recebiam ao final da sessão de hipnose, nas palavras do médico, o informe daquilo que havia sido dito e, não poucas vezes, a sensação de terror ou descrença ganhava a subjetividade das pessoas.

Um caso clássico que nos é contado nos estudos sobre a histeria é o de Anna O. Ela foi a paciente que conduziu Freud a retirar da experiência uma série de conclusões que nos outros pacientes apareciam de forma mais nebulosa.

Freud, ao analisar o comportamento da memória de seus pacientes percebeu que na trama ficcional²³ em que a história dos seus pacientes se revelava, algumas constantes apareciam. De início Freud creditou essa constância do esquecimento à força pela qual essas representações pronunciadas somente baixo o efeito da hipnose poderiam afetar o senso moral das pessoas. Tratava-se de representações de ultraje, humilhação, de violência extrema, frustrações, seduções; de tristeza e vazio – dos acidentes da vida²⁴. Os pacientes enunciavam traumas no estado semi-dormido da hipnose e, acordados, dificilmente aceitavam ter saído aquele conteúdo da sua boca.

Freud situou essas lembranças como girando em torno de um núcleo, a partir do qual os pacientes retirariam o conteúdo que afetava seu esquecimento e o mero encontro com essas representações mentais era suficiente para o processo de abreação ou a renovação de uma “crise histérica”. Esse núcleo deveria ser chamado um ponto inicial do esquecimento, pois ninguém é capaz de pronunciá-lo ou ir além dele²⁵. Como nos diz Freud “[...] em cada ataque eles (os pacientes) alucinam sempre o mesmo processo que provocou o primeiro, também nesse caso é patente o nexo causal.”²⁶

Nos Estudos sobre a Histeria, Freud representava as lembranças contidas no discurso através de um esquema concêntrico.



²³ Importante menção para entender a noção de história pessoal.

²⁴ Essa concepção muda ao situá-la como formação inconsciente. Aí passará a não ser mais acidental, mas sim, algo necessário ao ser humano.

²⁵ Essa tese ganha em sentido e profundidade com Levi-Strauss ao falar de estruturas psíquicas comuns a todos os humanos e que organizam as estruturas elementares do parentesco.

²⁶ Idem nota 33.P.30

No esquema acima, a memória A é capaz de atualizar o esquecimento inicial. B, C e D estão na faixa discursiva representada pelo círculo exterior e podem ser enunciadas sem ser afetada diretamente pelo núcleo interior. O problema pode ocorrer na medida em que esse nexos causal está diretamente ligado à D, podendo assim resultar numa interrupção, ou até mesmo no esquecimento do posterior.

O centro do esquecimento seria para Freud uma causa inicial a partir da qual todo esquecimento deveria fazer referência e todo esquecimento estaria condicionado a ocorrer pelo efeito desse núcleo²⁷.

Para entender o caráter desse núcleo de esquecimento dentro da teoria Freudiana e passar posteriormente ao entendimento da parte mais popular e, por isso, mais distorcida de sua teoria, é fundamental ter em mente que as memórias esquecidas num processo secundário eram aquelas cuja lembrança tinha sido esquecida para evitar o sofrimento, mas que ainda assim, as pessoas apresentavam, pelas descontinuidades de seus discursos e pelos sintomas de sofrimento, formas de apresentar aquele esquecimento inicial de forma deslocada, seja pelo silêncio ou pela incapacidade de fazer uma passagem entre um evento e outro.

Assim temos que entender a passagem entre esse núcleo do esquecimento e o que estruturou a narrativa Freudiana do Édipo. Freud utilizou a antiga tragédia de Sófocles para fazer referência a um trauma inicial, que seria razão para o recalque inicial, causa motora de todas aquelas narrativas secundárias e esquecidas e que só apareciam quando causadas pelo efeito da hipnose.

O significado do complexo de Édipo é tentar criar uma cena inicial onde o sujeito vivencia uma violência civilizadora, mas que, tal como no herói grego, o faz cumprir com sua sina – ou se quiser, com seu destino – e que por essa mesma razão o faz sujeito de um princípio geral da formação do nexos causal e o faz partilhar de uma historicidade comum – aonde a memória vem se apoiar.

Essas narrativas são muito bem descritas na antiguidade, tal como na Epopéia de Gilgamesh, onde uma violência inicial e o encontro com a morte (simbolizada pela viagem ao poente) é o princípio fundador de uma civilização, ou no Cristianismo, onde a morte de um pai todo poderoso inicia a narrativa de um povo, no caso, o judaico-cristão. A releitura do Édipo foi a forma como Freud criou a síntese de uma sexualidade presente no homem desde a mais tenra idade.

²⁷ Posteriormente, a teoria psicanalítica encontrou respostas para que, mesmo o esquecimento sem causa sexual seja objeto do mesmo núcleo formador.

O complexo de Édipo, ao apoiar-se sobre a noção de narrativa implica uma série de outras coisas. A primeira delas, já presente no final da tragédia, é a de como a lei de Édipo se faz cair sobre ele mesmo. Essa lei é o peso da norma, o peso do mundo moral e ético no qual os homens vivem. O significado da passagem, tal como Freud a utiliza é tentar fazer com que no mesmo ato que funda o recalçamento o homem já passa a uma apreciação ética e mesmo estética do mundo.

Uma outra questão que Freud não negligenciou ao criar essa leitura são os atos performativos da palavra que é amparada pela lei. Ora, aquilo que a palavra da lei faz sobre as coisas é dar, pelo símbolo, uma existência. Tal como no exemplo do direito “Atos nulos não geram efeitos”, se isso é empregado na anulação de um trabalho, as conseqüências desse trabalho são invalidadas juridicamente. Sendo assim, a função da lei no complexo de Édipo é estabelecer o campo da simbolização.²⁸

Sobre essa função de simbolização na memória, quando fala dos sintomas, Freud nos diz:

“O nexosói ser tão claro que é bem visível como o sucesso ocasionador produz justamente este fenômeno e não outro. Este último, então, está determinado de maneira totalmente nítida pelo seu ocasionamento. Assim, para tomar o exemplo mais trivial, um afeto dolorido, gerado no curso de uma janta, mas sufocado, produz logo náuseas e vômitos, e estes últimos duram meses como vômitos histéricos [...].

Em outros casos, o nexos não é tão simples; só consiste em um vínculo por assim dizer simbólico entre o ocasionamento e o fenômeno patológico, como aquele que as pessoas sãs formam no sonho [...].”²⁹

Contudo, dizer que há um recalque originário não torna evidente que a formação desse recalque seja de natureza sexual, tal como o complexo de Édipo supõe. Vejamos então mais profundamente a articulação do recalque originário com a fábula que tão bem exprime a entrada do homem no mundo da lei social.

²⁸ Essa função de simbolização trará dentro da leitura Lacaniana da obra de Freud a função do espaço, da negação e das implicações.

²⁹ Idem. Freud.S. P. 31.

O Édipo é algo que devemos chamar de formação do inconsciente, ele não é o inconsciente. Ele é uma história que vale não pela narrativa em si, mas pelos símbolos que articula. O recalque inicial mantém uma relação formadora do complexo, uma vez que o complexo de Édipo é fundamentalmente uma memória formadora da condição social e psíquica do homem cujo juízo de ser verdadeira ou falso é inútil. O Édipo de Freud consiste num drama que habita a margem do recalque primário, e o termo que uso é a margem para fazer menção a um círculo discursivo que seja o mais próximo do núcleo do recalque. No esquema acima, seria o anel intermediário (em vermelho).

4.1.O aparelho psíquico e a formação da memória.

Desde que passou a investigar aquilo que para ele era a alma humana, Freud pensou de acordo com princípios que ele julgava poder prever as conclusões. Se esses princípios e as conclusões de Freud estivessem certos, seu argumento era válido. O mais surpreendente nisso é que o jovem médico teve a capacidade de, já em 1895, apontar resultados que seriam retomados pela sua pesquisa em 1900 com a *Interpretação dos Sonhos*, e que voltariam a se confirmar com mais rigor ainda em “*Além do princípio do prazer*”, de 1920 – 22.

O texto onde ele manifesta esses princípios chama-se “*Projeto de psicologia*”. Aqui, fazendo uso de um modelo físico-químico, Freud traçou alguns pontos que lhe pareciam necessários que fossem dessa maneira para que houvesse para o ser humano uma justificativa para os fenômenos da neurose traumática³⁰. Para ele haveria uma quantidade Q de energia que flui pelo corpo como impulso nervoso e que pode ser de origem endógena ou exógena. Essa divisão resulta numa excisão da categoria dos neurônios em motores e receptores de dados sensíveis.

Ainda que essas concepções não sejam inteiramente certas hoje, Freud criou um modelo que se tornou paradigmático pela complexidade de descrever o funcionamento dos processos, independentemente de sua relação fisiológica.

Ele pensou que o homem, ao receber um estímulo externo não pode estar totalmente à mercê do que lhe vêm. Um estímulo externo é tomado de forma econômica, ou seja, dentro de uma riqueza quantitativa e qualitativa. Para poder fazer isso, os dispositivos de recepção não podem estar desinvestidos dessa energia Q, pois

³⁰ Aqui o conceito de neurose traumática é utilizado como no início do século passado onde mulheres afetadas por um enorme sofrimento eram internadas como loucas ou fingidas, uma vez que seus sintomas de ordem psicossomático não se justificavam fisiologicamente.

senão nada resultaria sensível e o nível de resposta aos estímulos seria centralizado. Então, o que Freud conclui é que, os dados da realidade que nos são dados recebem uma apreciação onde atua uma resistência – tal como no conceito da física elétrica – em que alguns dados não são deixados passar para o sistema que cria as representações.

Na terceira parte desse texto, Freud cria a teoria das barreiras de contato cuja proposição principal é: uma vez recebida uma representação, as células do tecido nervoso são capazes de guardar dados através da quantidade de excitação energética que receberam uma determinada vez e da identificação de objetos pelos sentidos. Ora, seria pela identidade da articulação de uma determinada constelação de neurônios excitados com o objeto representado atualmente que é possível reconhecer algo através de memória.

Entretanto, para que haja essa identificação interior-exterior é necessário que a corrente Q seja em determinado ponto percebida e em determinado ponto formadora da representação. Assim, Freud situa dois tipos iniciais de dispositivos: um responsável pela percepção (que Freud chamará de Phi – pela sua relação na recepção do símbolo) e outro chamado de Psi (já que sua função é propriamente a criação da representação pela articulação dos dados e pela capacidade de recriar os dados através de memória). O trabalho do dispositivo psi (memória) vai na direção de acumular saberes e a cada momento tornar-se mais próximo de phi (percepção).

Essa diferença entre os dois dispositivos é marcada por ele como necessária, pois nem todos neurônios podem ter a mesma resistência e mesma função. Além disso, Freud situa o aprendizado como sendo constituído pela baixa resistência das barreiras de contato.

Na comparação com a memória aristotélica encontramos aqui um mesmo funcionamento: a memória está constituída de caminhos que podem ser reproduzidos pelas séries causais, mas o que médico do século XIX agrega de fundamental ao esquema é uma intrincada rede de facilitação e resistência entre neurônios psi e phi, ou entre percepção e memória. Dessa forma, podemos concluir que uma melhor ou pior memória está associada às distinções entre as facilitações dos dois sistemas, assim como também ao número de vezes que se repetiu a magnitude energética de uma impressão, sendo isso nocivo ou não para a quantidade de Q suportada.

Na época, Freud ainda devia seus raciocínios a um pensamento extremamente voltado para a sobrevivência e de que o ser humano se realiza dentro daquilo que é a manutenção da vida. Isso levou que ele afirmasse que as facilitações de trânsito da

energia Q favoreciam a percepção (phi), dado que essa é a que melhor expressa a adaptabilidade do ser humano ao meio.

Diante desse dois sistemas constituídos, Freud se lança uma pergunta que poderia destruir com o que ele recém havia criado. Sua pergunta tão fulcral reflete a sinceridade deste pesquisador: “Como é possível converter quantidade Q em qualidades de representações?”

Para responder a isso ele cria o sistema Omega. Esse sistema é onde, para além de psi e phi, a consciência é criada, uma vez que Omega é a articulação de ambas.

Para falar de consciência é preferível referir-se a outros textos freudianos, onde essa noção aparece mais bem acabada. Como disse no início dessa sessão, a referência a um texto freudiano posterior não implica na sua obra uma evolução na leitura que ele fazia dos fenômenos psíquicos, mas sim, talvez, um refinamento.

A consciência é passagem obrigatória para a compreensão da memória, pois uma vez lembrada uma cena, palavra ou objeto, é importante compreender a função desta na produção do ato.

3.2 A consciência no Eu e o Isso.

Freud situa a consciência como o fenômeno mais superficial – no sentido de ser o mais evidente e mais observável no tempo e no espaço³¹ do psiquismo humano. Para ele a consciência é expressa através de inúmeras vassalagens que determinam a produção dela e que carregam consigo processos de maior profundidade.

Partirei da definição de que a consciência é a operação de síntese produzida pelo Eu que conhece. Contudo, para compreender a significação dessa definição devemos compreender a formação do Eu, já que ele está implicado em todo conhecimento.

O EU é uma instância psíquica derivada de uma necessidade lógica na construção de Freud. Na teoria de Freud, o recalque inicial e seu fechamento no complexo de Édipo, constitui um sujeito inicial para uma narrativa (P1). Esse sujeito tomado enquanto dentro de uma historicidade é o EU. Esse aspecto do EU ajuda a diferenciar a noção de sujeito inconsciente e sujeito dentro de uma perspectiva historicista. Nesse sentido, o EU torna-se algo semelhante à uma imagem de si que será muito bem apresentada nos anos 30 por Jaques Lacan.

³¹ Na página 16 de “O Eu e o Isso” Freud fala das representações ocorrendo num determinado tempo e ocupando um espaço psíquico que é afinal de contas o espaço projetivo do pensamento sobre a realidade.

Freud diz que esse EU é produto de um recalque inicial a partir dos resultados de suas pesquisas da primeira e segunda década do século XX, num texto de difícil leitura chamado “Introdução ao Narcisismo”. Lá, Freud nos fala do comportamento sexual dos perversos e fala da predisposição humana em retirar prazer do próprio corpo. Essa capacidade estaria presente desde muito cedo na história pessoal de um homem, na formação de uma imagem de si que cada pessoa amaria na mais absoluta alienação (P2 – concluída da teoria da libido). Essa imagem inicial, que podemos chamar de EU, é uma primeira formação resultante da vivência do Édipo, uma vez que é aqui que o homem torna-se sujeito de uma historicidade particular.

Assim, se consideramos a história do sujeito como conjunto de pensamentos, representações, de acontecimentos que lhe ocorrem ou que ele tem acesso e de determinações sociais de um indivíduo durante o tempo de uma vida, temos um personagem histórico cuja marca indelével está nessa singularidade quase impronunciável do seu EU. (P3 – O eu da imagem e do prazer é o mesmo da historicidade)

Mas uma pessoa que tenha uma vez se lançado dentro da história se relaciona com outros objetos que um EU. O mundo inteiro apresenta sua objetividade que, como definimos acima, é tomada pela percepção em Phi. Assim, podemos concluir que condição necessária e talvez ainda não suficiente para a objetividade³² é alcançada pela ocorrência do recalque primordial e a identificação de uma pessoa com um EU passível de história. (P4 – O EU de P3 se relaciona com objetos da sua historicidade)

Freud situa essa objetividade no nível da libido por que para ele isso tem uma razão importante. Como o Édipo é uma narrativa que situa a mãe como um objeto de amor interdito, é somente passando por essa interdição – e não necessariamente aceitando-a – que o homem passa a constituir objetos. A sexualidade é fundamental nesse processo, pois revela que a objetividade do homem passa pela interdição de um objeto inicial com o qual toda seqüência causal dos eventos de uma vida está relacionada e cujo reencontro buscado é sempre sexualmente determinado.³³

Aqui passamos ao verdadeiro entendimento que é feito popularmente da determinação causal freudiana. Não se trata de coito, mas sim de uma busca por um objeto de prazer perdido que se apresenta somente no nível lógico ou como passagem

³² A noção aqui é empregada como a capacidade do homem em se relacionar com o mundo através dos sentidos ou do pensamento.

mítica das narrativas dos pacientes. A vivência do Complexo de Édipo supõe que antes dele viva-se um mundo sem a interdição da lei e do objeto de desejo. O que situa num momento pré-histórico da narrativa um Ideal do EU, e que cria no EU um atributo que marca a impossibilidade de aceder à condição inicial e que, numa outra formação chamada de Supereu afeta o EU consciente na sua condição ético-moral diante do mundo. Como diz Freud de forma sintética:

*“Assim, como resultado mais universal da fase sexual governada pelo complexo de Édipo, se pode supor uma sedimentação no EU, que consiste no estabelecimento destas duas identificações, unificadas de alguma maneira entre si. Esta alteração do eu recebe sua posição especial: se enfrenta ao outro conteúdo do eu como ideal do eu ou supereu.”*³⁴ (P5 – A historicidade é constituída pela sexualidade fundante do seu EU)

Finalmente, para fim de nosso argumento, mais uma premissa que antes já fora enunciada: O EU está sujeito às injunções de uma história que pede que representações e pensamentos sejam recuperados pela memória para que a consciência atribua sentido às ações e fatos de sua história. Como as representações se repetem nas descontinuidades da narrativa, uma representação pode ser evocada por mais de um fato e tornar-se dessa forma ambivalente à própria memória. O que explica que no esquema acima haja intersecções e segmentos que se conectem antes de chegar ao recalque original. (P5)

A conclusão que Freud tira disso é que o Eu é vassalo de inúmeras cristalizações libidinais, de conflitos com o mundo e da própria severidade do supereu.

Ou seja, o EU é a formação psíquica por excelência alienada, pois ela movimentava uma enormidade de formações psíquicas anteriores que transformam, tal como dito antes, a consciência numa relação de identidade da percepção com signos de memória adquiridos pelos processos acima descritos. Passagem importante é considerar como esses signos determinam até mesmo a o que é lembrado intuitivamente e o que é percebido intencionalmente. Para tanto introduzirei na última sessão desta monografia a leitura Lacaniana que, com o auxílio da teoria lingüística estruturalista e da topologia matemática, conseguiu dar maior formalização aos processos descritos por Freud.

³⁴ Freud, S. El yo y el Ello. Amorrortu Editores. Buenos Aires. 1993. p. 36.

3.3 Além do princípio do prazer (há uma realidade)

Neste ponto não cabe mais do que articular o que já discutimos ao significado de uma das obras mais relevantes e apaixonantes de Freud.

Em Além do princípio do prazer o pai da psicanálise brinda-nos com duas discussões. A primeira é sobre a natureza dos jogos infantis e a segunda sobre a natureza das pulsões.

O jogo infantil é analisado por Freud através da observação da brincadeira de uma criança que se diverte em esconder e reencontrar um objeto. Esse jogo Freud compara a uma constante na vida do jovem, trata-se da presença e ausência da sua mãe que ia trabalhar e que retornava deixando o pequeno garoto triste ou feliz.

Nesse jogo Freud analisa a tentativa que o jovem realiza em coordenar uma situação que lhe resulta motivo de agrado e desagrado. É como se ele busca-se metaforizar a situação para gerar prazer a si mesmo e a metáfora equivalesse à coordenar a existência da mãe tomada como referente. Tal como citado anteriormente no texto Introdução ao Narcisismo, o comportamento da criança é possível pela onipotência de pensamentos – tal como no animismo descoberto pelos antropólogos, quando pensar é correspondente a ser.

Essa busca por parte do garoto manifesta um jogo identificado no limite do complexo de Édipo³⁵. Freud observou que o jogo chamado de “Fort-Da”, consistia basicamente num apelo à mãe e numa resposta da parte dela que significava o apelo. Esse jogo estaria então na margem do complexo de Édipo, pois ele é condição necessária para o aparecimento do terceiro termo, que rompe a dialética de apelo e resposta e que é simbolizado no complexo pelo pai. Assim, fica mais claro por que o “Édipo” é uma narrativa que situa a perda inicial de um objeto que passará a ser desejado. Esse objeto é simbolizado pela mãe na narrativa e sua perda situa, como terceiro termo, a historicidade do homem.

No caso da criança o pai era o causador da falta da mãe e o jogo vinha tentar restabelecer a dialética que começava a se esvanecer.

O livro segue através da análise dos sonhos de terror que soldados que lutaram na guerra apresentavam. Freud viu que isso fazia com que sua tese inicial de que os

³⁵ O menino ainda apresentava traços fortes de vivência de rivalidade com seu pai.

sonhos representam a realização de desejos deveria ser revisada, pois esses sonhos apresentavam, sobretudo, o caráter repetitivo de lembranças terríveis.

Assim, Freud se lança na criação de um mito que tenta investigar as causas profundas da repetição. Essa repetição, ele situa como sendo uma necessidade de todo ser vivo. No seu mito, Freud pensa que na origem da vida a fragilidade e as difíceis condições de manter a matéria orgânica viva, fez com que uma repetição inicial fosse o único caminho para manter vivo um organismo por mais tempo. Assim, somente após uma estabilidade físico-química o organismo vivo começou a sua especialização e o desenvolvimento de suas funções mais complexas.

Contudo, essa guinada parece estranha. Há três elementos no livro que não aparentam estar conectados. Eis então aquilo que me proponho fazer.

A repetição do jogo da criança e do sonho dos soldados demonstrava que na teoria de Freud havia algo que ainda não resultava claro e que justifica a necessidade de escrever essa obra. Freud cria em *Além do princípio do prazer* a tendência latente no organismo vivo – ele cria o retorno ao inorgânico, ou mais bem dito, a presença dos efeitos psíquicos do homem saber-se fadado à morte.

A criança que repetia a dialética inicial, não fazia outra coisa que pedir o retorno do objeto através do símbolo. A repetição da brincadeira com o objeto, assim como o sonho, repetia a experiência de busca do inefável, a experiência do reencontro com a condição não-civilizada do homem.

A obra ganha o nome de “*Além do princípio do prazer*” por que revisa a leitura de que o homem busca somente o prazer nos seus atos. Ele busca, para além do prazer, um mecanismo de domínio da realidade – tal como o menino em seu jogo e na sua onipotência de pensamentos. Essa realidade que reaparece no símbolo é traduzida em prazer, um prazer de segunda ordem por que é uma forma de reencontrar o objeto perdido. Freud chamará esse retorno de pulsão de morte.

4. Lacan

“É que não se trata, para Freud, nem de memória biológica, nem de sua mistificação intuicionista, nem da paramnésia do sintoma, mas de rememoração, isto é, de história, fazendo assentar unicamente sobre a navalha das certezas da data a balança em que as conjecturas sobre o passado fazem oscilar as promessas do futuro. Sejamos categóricos: não se trata, na anamnese psicanalítica, de realidade, mas de verdade, porque o efeito de uma fala plena é reordenar as contingências passadas dando-lhes o

sentido das necessidades por vir, tais como as constitui a escassa liberdade pela qual o sujeito as faz presentes.”³⁶

A trajetória de Lacan na psicanálise revela o percurso de um psiquiatra que lutou para tornar a psicanálise uma disciplina mais rigorosa e em condições de dialogar com outras matérias que já se desenvolviam a séculos assim como com ciências emergentes no século XX.

Lacan debutou na psicanálise com sua tese de doutorado sobre a paranóia. Contudo seu texto mais conhecido, justamente por apontar uma nova forma de criar o “EU” em psicanálise é “O estágio de Espelho como formador da função do EU”.

Nesse texto Lacan descreve a formação psíquica de uma proto-imagem através da qual um “filhote de ser humano” é capaz de identificar-se. Essa imagem nasce da necessidade de situar a sua corporiedade na formação de um espaço. Essa imagem será a primeira através da qual o sujeito marca a capacidade de alienar-se e fazer-se presente em outro corpo pela identificação.

Há imensas conseqüências psíquicas que nascem desse postulado da biologia.³⁷ O primeiro deles é que essa primeira imagem é atualizada no Édipo pela presença paterna do rival. Ora, o rival é, antes de tudo “um rival de si”³⁸.

A ambivalência dessa identificação é situável no nível do Édipo. Ao mesmo tempo que essa imagem torna-se o recipiente do ódio e da destruição, a colocação do pai nessa colocação cria um valor possível para essa imago que situa o Pai como indestrutível. Como nos diz Freud, a onipotência de pensamentos é capaz de destruir o Pai, mas não é capaz de entender como ele volta no dia seguinte.

Assim, esse valor presente na cultura para a criação de um pai absolutamente poderoso e cujo assassinato se faz necessário é resultante da possibilidade de situar nessa imago do EU uma ambivalência de posições.

O que é de maior importância aqui é apresentar a relação do EU com a formação da percepção e, num segundo momento com a memória. Lacan nos diz “A cada instante o eu constitui o mundo pelo seu suicídio (P1)”. Ora, essa frase, que parece guardar um tom enigmático, é na verdade um esclarecimento de como a operação de dar sentido à realidade é feita.

³⁶ Lacan, J. Função e campo (...) p.257

³⁷ Uma vez que tais características são observáveis em pombos e outros mamíferos que passam por uma necessidade de identificar-se com a imago de seu sexo para que o florescimento sexual ocorra.

³⁸ Lacan, J. O estágio de espelho na formação do eu. Jorge Zahar Editor.

4.1 O R,S,I.

“O Eu é sobretudo uma essência-corpo; não é somente uma essência-superfície, senão, ele mesmo, a projeção de uma superfície”³⁹

Para isso, tenho que apresentar um outro axioma da psicanálise de Lacan. Ele usa um mecanismo lógico a partir do qual a linguagem humana se passa. São os três anéis que ele chamou de Real, Simbólico e Imaginário.

O fundamental dessa tríade é pensar que elas estabelecem três níveis distintos de acesso humano ao mundo (P2). O Real é o eixo do impossível e, portanto, do vazio inconsciente, uma vez que nele está presente aquilo que não temos mais acesso dado o fato de podermos representar.

O eixo do simbólico é aquele pelo qual a representação se faz possível, mas ainda não estabelecida. E o eixo imaginário é o aquele pelo qual se dá a univocidade de uma representação.

O rigor desses conceitos é nos dado pela matemática. Lacan usou a geometria euclidiana para estabelecer esses três conceitos com precisão.

O simbólico corresponde ao nível representacional somente na sua estrutura. Ora, para entender isso ele se vale do matema e da representação em duas dimensões. Um exemplo disso é dizer “A Bola está no chão”. Essa frase guarda uma série tão grande de significados possíveis e de objetos que podem lhe corresponder no mundo que sua unicidade só pode ser dada pela formação de uma imagem ou por um discurso quase infinito que acabasse com a possibilidade da bola (x) não ser aquela específica à que me referi.

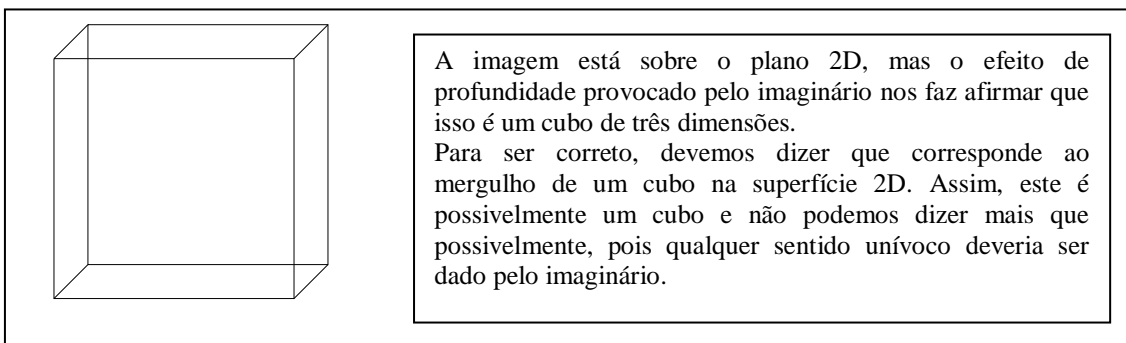
Assim, o simbólico é a estrutura da linguagem como um todo. É a sua capacidade combinatória latente que é capaz de dar sentido àquilo que o homem desejar.

O imaginário, por sua vez, não pode ser compreendido sem a o simbólico, pois ele é aquele que dá existência simbólica ao mundo, enquanto o simbólico dá consistência simbólica ao mundo. Mais precisamente, o imaginário é o eixo do significado, enquanto o simbólico ocupa a posição do significante ainda não fechado quando ao seu sentido.

³⁹ O Eu e o Isso, p.27.

Lacan chama isso o imaginário por que ele pode ser tanto convertido em imagem, em mito, em narrativa, em qualquer coisa estável. Na matemática ele corresponde à terceira dimensão, uma vez que a terceira dimensão é uma construção espacial onde um eixo de significação se coloca em relação de identidade com uma ou mais, mas não todas, as possibilidades dadas pelo significante.

Um exemplo fácil de perceber isso é a imaginarização do cubo em duas dimensões.



A conclusão dada pela conjunção das duas premissas é dada pela necessidade humana de compartilhar de uma mesma espacialidade, cuja estruturação se dá pela via da estruturação do narcisismo, aonde o EU desponta como mecanismo capaz de gerar a síntese entre o campo de possibilidades e o do sentido fixado. O vazio do real é o suporte através do qual essas operações ocorrem e ganham um ponto de apoio para poder tornar-se o que constantemente deixam de ser. Mais claramente, é pelo eixo das possibilidades estar sempre latente, pelo eixo imaginário realizar uma possibilidade de entendimento e pelo real conter uma estruturação tal qual os dois outros eixos possam operar que o nexos causal se forma e cria uma historicidade possível de fazer-se presente na memória.

“Seus meios são a fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas cooperações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real” – é no recalque e naquilo que ele toca o desejo, que o objeto real se presentifica com todo peso. A história não é senão a narrativa cuja pedra angular é o desejo humano.⁴⁰

Isso Aristóteles já observara ao dizer que a natureza guarda suas constâncias e que a memória se valia disso fazendo uma espécie de hábito. O que aqui em Lacan

⁴⁰ J. Lacan .p.259

ganha novo contorno é o empenho do EU na formação da percepção e da memória, assim como lhe exige através da representação um constante retorno ao fundamento da castração operada pelo fechamento do Édipo: a presença da simbolização e da perda do real primordial é constantemente atualizada pela significação do mundo, pedindo do homem um eterno suicídio e um esvanecimento que a pulsão de morte realiza sobre o símbolo.

5.2 O Real e o Prazer

No Seminário sobre a Carta Roubada de Alan Poe, Lacan cria a partir do jogo de par ou ímpar uma dialética tal qual aquela que Freud nos apresenta no seu Além do Princípio do Prazer. A intenção de Lacan nesse escrito é situar no nível simbólico o retorno ao real que é dado na repetição e na pulsão de morte.

Por mais evidentes que esses passos possam ser efetuados agora, creio que devo fazê-lo para retornar às premissas e fazer a conclusão posteriormente.

O nível simbólico apresenta suas limitações. O campo das possibilidades está em constante transição na historicidade do homem e por mais que elas se apresentem constantemente abertas, a compulsão à repetição que está presente no devir, no hábito, tanto quanto na simbolização – tendo em vista que esta é resultado constante da perda do real –, torna a história um eterno jogo entre as forças que Freud chamou de Eros e Tanatos, mas que em Lacan são o Desejo e a Morte.

O Desejo é o resultado da entrada que o sujeito faz no simbólico. É a busca que o sujeito faz do objeto perdido, que Lacan chama de objeto a. Para tanto é necessário que o sujeito passe pela desmontagem de um objeto total a partir do qual ele poderá constituir outros num reencontro sempre frustrado e cujos significantes presentes no desmonte e na sua superação histórica apoiarão o reerguimento. Esse objeto total é análogo aquilo que entendo por objeto simples de Wittgenstein. É um objeto que Lacan situa no nível da experiência puramente lógica e cuja simbolização está para a simbolização o componente fálico. Ou seja, da ausência total de sentido, à função universal do sentido. Ele diz:

“O inconsciente é a parte do discurso concreto, como transindividual (amarrado a objetos), que falta à

*disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente.”*⁴¹

A semelhança disso com o complexo de Édipo não é um acaso. É nesses termos que o psicanalista francês funda a originalidade da psicanálise. Ele diz que a experiência ocorrida no Édipo é a formadora do campo da linguagem humana a qual é instalada pela perda do objeto análogo à mãe no mito freudiano e que a linguagem presentifica a morte por estar sempre numa referência última a esse objeto “a”, de onde o caráter inefável se faz presente.

A linguagem constitui então o campo onde o prazer supremo do reencontro com o objeto primeiro pode ser fantasiado e onde o drama do Édipo é articulado de forma indireta por ser condição de possibilidade da linguagem.

5. Comparações e distinções.

A primeira observação que deve ser feita nesse momento é a utilização que será feita dos textos de Aristóteles e Freud. O primeiro, ainda que não pudesse contar com as pesquisas da psicologia moderna, elaborou um complexo sistema que foi comparado por Miles Burnyeat à filosofia empírica do século XVIII. O significado da memória e da recordação para Aristóteles como processos – o primeiro de reconhecimento do dado passado e o segundo como uma espécie de raciocínio, são capazes de suscitar problemas ainda vigentes para o conhecimento da memória. Já Freud deu um novo estatuto à memória: dissolveu seu significado dentro da rede de significantes ordenados e tornou-a um dispositivo da repetição simbólica.

Procederei aqui a uma crítica de ambas teorias apoiado na leitura de David Bloch, como comentador do texto de Aristóteles, e Lacan, como comentador do texto Freudiano. No final, apresentarei uma pequena discussão sobre o papel do testemunho falado no estatuto do conhecimento (ou arte) histórico (a).

5.1. Primeira diferenças:

O texto de Freud incide diretamente sobre inúmeros conceitos que Aristóteles fixara para o fenômeno da memória. Freud, enquanto aluno de Brentano e colega de Husserl, trilhou o mesmo caminho de Aristóteles na sua teoria da memória, mas dele se

⁴¹Idem. p. 260

distanciou na medida em que eventos novos iam aparecendo e gerando novas necessidades na teoria.

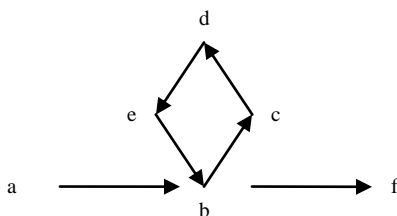
5.1.a. O Espaço Psíquico

A primeira questão é o espaço da lembrança. Aristóteles situava o juízo, a formação de imagens e a memória como faculdades da alma. Inicialmente Freud acreditava estar falando da mesma alma, contudo, cada vez mais as indicações da pesquisa psicanalítica passaram a desacreditar a necessidade de um espaço interior à essas formações. Para Freud, o espaço do juízo, da memória é uma projeção psíquica do espaço do mundo. Essa projeção é realizada pela articulação da percepção em três dimensões e dos dados mnemônicos estruturalmente fundados em duas dimensões, sendo as demais dimensões “comprimidas” e não visíveis ao olho humano.

Mas como o lembrar é feito, se o lugar que temos para fazer isso é a própria espacialidade do mundo? Como vimos, a partir da leitura Lacaniana os símbolos que apareceram em Freud ganharam formalização através da lingüística, da lógica simbólica e da topologia espacial.

O real serve de suporte para as operações puramente significadoras. O problema que se esconde nisso é a complexidade do significante, que ao jamais apresentar-se só, articula toda estrutura proximal (também chamado ‘campo de possibilidades’) que lhe é necessária para significar.

No esquema seguinte podemos observar como o movimento de significação se encerra e faz com que uma retomada de significantes inconscientes seja necessário ao movimento final de identificação do signo, da imagem gerada pela percepção e do objeto real.



A retomada do significante b no ponto da faixa diacrônica da história do sujeito e novamente numa faixa sincrônica é condição para o ato de memória ter uma significação completa.

Assim, os problemas de densidade do lembrar que Aristóteles colocava com justa razão, não se dão somente no nível da riqueza do percebido, mas também no nível da articulação dos significantes na estrutura da linguagem. O muito, o pouco, o lento e o rápido são dados pela extensão desse movimento discursivo através dos significantes que Lacan chamou de Boucle⁴².

A conclusão que tiramos disso é que se a memória é a imagem no seu momento mínimo tal como quis Aristóteles. Para formar essa imagem foi necessário que a estrutura da linguagem fosse fixada de modo a dar sentido à imagem. Essa estrutura ganha sentido através da superposição do simbólico ao real, gerando efeitos imaginários.

5.1.b Temporalidade da memória.

No segundo parágrafo, Aristóteles nos fala da distinção temporal entre memórias passadas e presentes, para ele a memória só é possível sobre o passado. Uma boa problematização disso encontramos no seminário 2 de Lacan, o psicanalista francês nos fala do estranho fenômeno do déjà vu e da sensação reticente de lembrar do presente. Evidentemente não se trata lembrar do presente, isso é de fato impossível uma vez que o conceito “lembrar” faz referência necessária a algo passado. Isso parece algo aparentemente é impossível, mas que desde Freud tornou-se possível sob determinado ponto de vista.

Na seção dois, quando falamos da compulsão à repetição, falamos do retorno da matéria orgânica ao seu ponto zero. Essa compulsão se refletia no domínio do símbolo quando a criança brincava para recuperar uma condição perdida. Ora, Lacan situou isso maravilhosamente bem no seu seminário “A carta roubada”, onde o jogo de par ou impar faz séries simbólicas se repetirem e produzirem significações iguais. No entendimento de Lacan, o significante pode apresentar conformações análogas estruturalmente e dessa forma facilitar à memória “um reencontro com o que jamais ocorreu.” Ou menos poeticamente, pode-se produzir pela repetição puramente simbólica um efeito sobre a consistência do imaginário que altera a percepção que o sujeito faz da temporalidade e da espacialidade. Essa deformação ocorre em virtude de uma diferença fulcral entre a temporalidade psíquica e aquela imaginada por Aristóteles.

⁴² Sobre o movimento de Boucle, Lacan nos diz: Todas as ressubjetivações do acontecimento que lhe pareçam necessárias para explicar seus efeitos a cada volta em que o sujeito se reestrutura, isto é, tantas reestruturações do acontecimento quantas se operem, como se exprime ele, naçträglich, a posteriori (também traduzido como relance). P.258

A historicidade que nos é rendida psiquicamente é, tal como Foucault soube captar na arqueologia da história da loucura: cheia de impedimentos, descontinuidades e semelhanças estruturais. Assim, a memória como delegada direta do desejo inconsciente não obedece a uma formação linear da história e produz eventos puramente psíquicos na tentativa de retomar a cadeia causal que se supõe existir entre os eventos. Isso é evidentemente contrário àquilo que Bloch nos fala da tese Aristotélica:

“Aristóteles afirma explicitamente que a existência de memória depende da percepção”⁴³

Assim, para a teoria da psicanálise, a memória pode ser falsa por que jamais ocorreu no passado – uma formação do inconsciente, que obedece à estruturação da realidade, mas que jamais ocorreu. Para a teoria Aristotélica, a memória só pode existir sobre aquilo que foi experimentado e, portanto, não deve somente estar de acordo com a realidade, mas sim, referir-se a algo que de fato ocorreu.

5.1.c. Memória Humana e Memória Animal.

A pergunta de Aristóteles sobre o que vem a ser a memória deve ser então duramente comparada. Para o Estagirita, a memória pertence à parte não racional (parte sensível) da alma, pois se assim não fosse, os animais não deveriam ter memória – e eles têm. A memória é uma faculdade de outra parte da alma – possivelmente a irracional – que estabelece puramente relações com o sensível. Sua atuação, na identificação das imagens, fez Aristóteles pensar que ambas, tanto a memória como a imaginação, deveriam estar conjuntamente na mesma parte da alma, sendo a aquela primeira em relação a esta. Como nos diz Bloch:

“Notadamente, ele (Aristóteles) fez uma separação completa entre memória e pensamento. O pensamento não está envolvido na lembrança! Por uma questão de fato, Aristóteles não tinha muita escolha sobre esta questão. Entre os animais mortais, ele diz, só os seres humanos possuem razão ou pensamento, mas é igualmente certo que alguns animais possuem memória.”⁴⁴

A diferença que Aristóteles faz entre memória e pensamento resulta necessária para explicar o fato observável da composição da memória humana e do fato desta poder organizar os dados de forma a poder buscá-los posteriormente.

⁴³ Referente à *Mem.* 450a25–32

⁴⁴ Evidentemente há um problema a ser resolvido aqui, já que não se pode negar que há memória de objeto do pensamento.

O que a teoria analítica vem agregar é a fundação da memória na cena da castração e que faz com que a lógica atue no interior da lei simbólica. Assim, se por um lado Aristóteles quis manter separada a capacidade racional do mero evento de lembrar, é importante dizer que a formação mnemônica está profundamente amarrada na inserção traumática do homem na simbolização e que sua razão expressa no pensar e na busca da imagem que satisfaz as condições lógicas impostas ao dado mnemônico buscado só faz sentido pela fundação de uma sexualidade que abre o campo objetal tal qual a ligação entre a lógica e ontologia permite relacioná-las.

Quando David Bloch nos diz que “recollection is a kind of active search”, devemos estabelecer que pela teoria psicanalítica, a reminiscência tanto quanto a memória dizem respeito a um processo ativo de pensamento, à saber, a colocação do EU na série simbólica. A diferença toda entre memória e reminiscência estaria no fato da segunda ter de vencer resistências sobre os significantes que se apresentam anteriormente ao resultado desejado.

Evidentemente, o Eu que busca seguidamente retomar uma série causal terá mais facilidade e poderá tornar isso uma hábito. O problema é que esse hábito é para a psicanálise uma facilitação do desejo. Uma vez que o desejo é constituído pela experiência de inserção do sujeito na linguagem, devemos entender que todo processo deste em meio às representações é dado pela sua capacidade de operar dentro dos limites do R.S.I.

Um hábito dentro de operações representacionais ocorre quanto maior a proximidade do pensamento dirigido pelo Eu consciente à estrutura. O hábito, é então constituído por uma sorte de desimpedimento de acesso à estrutura lógica e que permite à reminiscência operar na lembrança de objetos ditos intelectuais.

5.1.d. Os objetos da Memória.

Neste ponto, é incrível, Freud segue na via antiga, porém a memória que Freud cria está presente na expressão do objeto para o sujeito de uma outra forma. Para Aristóteles vale a criação pela Fantasia, mas para Freud a sua origem, no desejo e na castração, torna a memória o efeito da sexualidade. O juízo sobre a composição da realidade está intrinsecamente ligado ao valor libidinal⁴⁵ colocado na percepção e na

⁴⁵ Valor que é estabelecido pela relação significante x prazer.

formação da imagem. É por isso que a expressão do objeto para o sujeito é parte formadora da identidade do objeto para aquele que produz a imagem da reminiscência.

O questionamento comprado no início, sobre a forma “como lembramos” segue, não só pela sugestão de Ricoeur, mas também pela de Bloch:

“Mas quando lembramos a bola branca, não é esse (quer dizer, o primeiramente percebido) objeto externo que é nosso objeto direto, uma vez que ele não está mais presente; se estivesse, estaríamos percebendo-o, não lembrando-o. Portanto, devemos tentar determinar exatamente o que Aristóteles considera que este objeto é, isto é, devemos esclarecer suas funções e características.”⁴⁶

Outra premissa que influi na definição de objeto de memória é que Aristóteles considera que impossível pensar sem imagens (aqui vale dizer, trata-se da atuação da fantasia que é introduzida em “Sobre a Alma”).

“[...]afirmou-se no De anima que a imaginação difere de todas as outras capacidades (mas a memória não é mencionada em De An. III.3), e que a rigor é a função pela qual as imagens (fantasiata) ocorrem em nós.

O argumento da memória começa por afirmar que pensar precisa de imagens, não podemos pensar sem imagens, 35 e, portanto, o pensamento depende da capacidade de imaginação.[...]”

Concluimos confrontando o argumento clássico e o freudiano:

De acordo com o argumento Aristotélico, como só há memória sobre o passado e sobre o percebido, como o percebido é dado por imagens, a memória é a faculdade de reconhecer imagens passadas no presente. A diferença de lidar com uma memória inscrita nos marcos da noção de significante é que, uma vez que o significante é uma unidade mínima de significação capaz de ser retomada por um significado, uma, letra, frase ou formação de linguagem qualquer, tanto quanto uma imagem são objetos de memória.

Isso pode ser visto na profunda relação que há entre as formações de palavras, anáforas, metáforas, metonímias, deformações capazes de se criar na linguagem e o esquecimento, tão bem retratado por Freud na Psicopatologia da vida cotidiana, quando ele esquece, em meio a uma conversa, o nome de um pintor cujo nome era homofono a um paciente seu que lhe trazia recordações tristes.

⁴⁶ Bloch, D. p. 59

Conclusão:

As razões para criar este texto são extremamente pessoais, mas acredito que da experiência cotidiana está bem quando queremos criar dela uma reflexão de onde podemos tirar alguma conclusão que nos faz dar um salto no aprendizado pessoal e coletivo.

Esse texto me pareceu importante dado que a anistia geral concedida a presos políticos está dando pensões às famílias de pessoas desaparecidas e torturadas. O problema nisso é a investigação que tenta recriar condições suficientes para dizer se uma pessoa tem ou não direito à pensão. O testemunhos ocorrem em meio à imagens e memórias confusas, cuja organização muitas vezes não serve para o estabelecimento de uma forma de conhecimento rígido sobre o passado dessas pessoas.

O que pode ser ainda pior é, diante da negação da pensão, tornar o esquecimento vazio de significado e deixar aquele que de fato sofreu algum dano psíquico numa situação onde a falta de palavras bem organizadas implica falta de provas, quando o silêncio e a dificuldade de falar são a marca mais forte da verdade. O que fazer então com o passado? O que fazer então com essas memórias e suas incongruências?

Este texto tem por fim último, então, servir à historiadores que pretendem trabalhar com o tema. O trabalho com a memória envolve inúmeras ciladas que foram acima expostas. Localizar lembranças incongruentes em meio às tramas mais conhecidas da história respondem por necessidades secretas da alma, não deve fazer-nos por em questão a validade dessas memórias, elas escondem a verdade de um sujeito que não está necessariamente satisfazendo as condições de verdade do conhecimento. A posição do entrevistador é perturbadora por que não envolve a ética do livre dizer – utilizada em psicanálise - que nesse caso, pode representar um impedimento à verdade histórica, mas certamente envolve um reconhecimento do desejo e do sofrimento da pessoa em questão.

Como disse na introdução, quando falava de Platão e da passagem do conhecimento do tridimensional (imaginário) para o bidimensional (simbólico). A maior dificuldade numa entrevista feita por historiadores é saber o peso das palavras daqueles que são entrevistados. Cada unidade mínima de significado corresponde a simbolização de algo real, seja objeto ou relação de objetos e que nas condições de uma vida, não passam sem a emoção que levantam. Ou como dizia Paul Ricoeur; há um problema fundamental colocado em termos de reflexividade e mundanidade: a memória

pode incluir o corpo alheio em um acontecimento, pois a lembrança conjunta é vivida de forma individual através do compartilhamento de duas posições diferentes de observação sobre uma mesma estrutura ficcional.

Sendo assim, pergunto:

O que quer a história oral? Conhecer o passado ou conhecer o homem? Eternizar os testemunhos em forma de monumentos ou em forma de conhecimento?

Como fim de argumentação apresento uma contribuição de Michel de Certeau na qual podemos tentar situar o estatuto do testemunho na constituição do conhecimento histórico levando em consideração os problemas da falsidade da memória. Certeau apresenta quatro formas de tratar a ficção.

1) Ficção e História : A história ocidental luta contra a ficção. É a luta contra os mitos do povo. Não que ela diga a verdade. Jamais um historiador teve tal pretensão. É destruindo os erros que a história se apresenta.

A história que destruísse o valor do testemunho poderia incorrer no risco de calar-se. Então, o testemunho deve ser questionado dentro daquilo que é possível revelar de falso a partir do testemunho, mas que por outra parte, não deve afetar o valor do testemunho uma vez que este se coloca em outro estatuto, à saber, de revelar opiniões verdadeiras e falsas e constituir uma “verdade do sujeito”. Onde ele assenta uma narrativa que dá sentido à sua vida.

2) Ficção e Realidade : A história implica um duplo deslocamento que consiste, duma parte, em tornar plausível o verdadeiro demonstrando um erro, e, ao mesmo tempo, em fazer crer o real denunciando o falso. Ela supõe, então, que aquilo que não é o falso deve ser real.

A história nessa relação de dependência que ela estabelece com os testemunhos, não pode gozar do estatuto de conhecimento, uma vez que o conhecimento deve ser necessariamente verdadeiro e dar o ser infalivelmente através de uma simbolização adequada. Assim, a história tenta gerar efeitos de semelhança com a verdade denunciando o falso, sem dizer o verdadeiro mas somente supondo-o.

3) Ficção e Ciência : É uma nova espécie de ficção. Artefato científico, ela não se julga au real que é suposto lhe faltar, mas a isso que ela permite fazer e transformar. A história faz funcionar as hipóteses tanto das regras científicas presentes quanto aquelas que produzem, assim, modelos diferentes de sociedade.

A relação da história com a ciência é definitivamente perversa para Michel de Certeau. Ela é o que costura e dá sentido ao tecido da discussão científica, assim em todo conhecimento conquistado através das hipóteses, a história se coloca como observadora participante, incapaz de tomar partido na resolução dos problemas, mas aproveitadora tanto dos fracassos como dos sucessos.

4) A ficção é o próprio : Ela (a ficção) não tem lugar próprio. Ela é metafórica. O saber não se encontra em lugar seguro, e seu esforço consiste em analisar de maneira à reduzi-lo ou traduzí-lo em elementos estáveis e combináveis.

Aqui a história é caracterizada como um discurso metafórico. Assim, como o real não se encontra em lugar algum – dada a cortina do simbólico – a ficção histórica é somente uma organização que visa traduzir e combinar os elementos significantes estáveis dentro de uma narrativa.

Assim, podemos concluir a partir desses quatro tipos de relações que a ficção estabelece com o domínio da verdade, da ciência, história e do próprio; que o valor do testemunho, tomado enquanto ficção capaz de revelar passagens de acesso ao real, é de outra ordem. Quis aqui mostrar o valor da memória na construção do testemunho recriando as condições nas quais a memória se expressa – seja na teoria filosófica seja na teoria psicanalítica.

O tempo psíquico é lógico, como dizia Aristóteles, mas em um outro sentido. Falar pode envolver dez anos em uma frase. O peso disso é que as memórias podem ter uma seqüência lógica não somente no nível dos eventos, mas também no nível da significatividade das palavras – o que nós é atestado somente pela autonomia do gozo humano nos significantes e no mundo das representações que o homem cria e que o acolhe, dando um lugar onde habitar e uma dívida que ele deve aprender a suportar.

Bibliografia.

Utilizada.

Aristotle. On Memory. W.D.Ross, Aristotle: Parva Naturalia, Clarendon Press, Oxford, 1995.

Aristote. De la mémoire et de la reminiscence. Versão de Internet.

Bloch, David. On memory and Recollection. Text, Translation, Interpretation, and Reception in Western Scholasticism. Brill. Laiden – Boston. 2007.

Freud. Sigmund. Obras Completas. Vol. I, II, XIV, XVIII e XIX. Amorrortu Editores. 1993.

Breuer. J e Freud.S. Estudos sobre a histeria. 1893 – 1895.

Freud. S. Projeto de Psicologia. 1895

_____. Introdução ao Narcisismo. 1915

_____. Além do Princípio do Prazer. 1920

_____. O Eu e o Isso. 1923

Lacan. Jacques. Escritos. Jorge Zahar Editor. 1966.

Certeau, Michel. Histoire et Psychanalyse entre Science et Fiction. Ed. Folio.

Bibliografia de Apoio.

Lacan, Jacques. O Seminário. Vol. 1, 2, 3, 4. Jorge Zahar Editor

Eidelshtein, Alfredo. La topologia en la Clínica psicoanalítica. Editorial Letra Viva.

Ricoeur. Paul. A memória, a história e o esquecimento.